

PODER LEGISLATIVO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

C P I

OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ

Autor: Deputado Fernando Scanavaca e outros

Protocolo nº 1135/2015-DAP



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury



note-se e encaminhe-se
Para Providências
DI. 18/03/15

ENCAMINHE-SE À DIRETORIA LEGISLATIVA
PARA VERIFICAR REQUISITOS.

DATA: 17 MAR 2015

PRESIDENTE:

Súmula: Requer a constituição de CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar possíveis irregularidades vinculadas a questões fundiárias e de ocupação transgeracional no Município de Pontal do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição do Estado do Paraná, por meio do §3º, do artigo 62, com fundamentos nos artigos 34, 36 e 37 do Regimento Interno (R.I.) da Assembleia Legislativa, com muita honra comparecem perante Vossa Excelência, para REQUERER, depois de colhida a devida aprovação do douto Plenário desta Casa de Leis, a constituição de CPI – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, doravante denominada de "CPI da ocupação fundiária de Pontal do Paraná", integrada por 9 (nove) membros, com prazo de duração previsto em 120 (cento e vinte) dias passíveis de suspensão durante recessos e prorrogações nos termos do §3º, do artigo 36 do R.I., para proceder a inquérito sobre denúncias de possíveis ilegalidade, fraudes e irregularidades em desfavor da população do Município de Pontal do Paraná (PR), ferindo direitos e garantias individuais e coletivas, no processo de ocupação de áreas, vinculadas a direito legais transgeracionais.

Para cumprimento dos propósitos desta pretensa CPI, em atenção ao preceituado no §6º, do artigo 36 do R.I., requer-se desde já, a aprovação do Plenário para que a respeitável Comissão Executiva, de forma preferencial e sempre em caráter de urgência, observado o exíguo prazo de vigência desta Comissão, destine os recursos necessários em atendimento às solicitações da CPI, em especial, no que concerne a fornecimento de equipamentos, locais de trabalho e reunião, servidores de apoio, contratação de técnicos, deslocamentos da Comissão e equipe técnica, dentre outras a critério da CPI, para o exercício das competências impostas pelo artigo 37 do R.I. e demais legislações satélites.

Sala das Sessões, em 12 de março de 2015.

(Handwritten signatures and initials with circled numbers 1 through 21, representing the deputies who signed the request.)

SCARAVAGLIA (1)
FRANCISCO (2)
NELSON JUSTO (3)
RODRIGUES (4)
WILMAR REBELO (5)
EVANILDO (6)
GUATO (7)
RASCIA (8)
TIAO NEDEIROS (9)
HUSEN BAKAR (10)
BERNARDO (11)
EVANILDO JR. (12)
HUSEN BAKAR (13)
HUSEN BAKAR (14)
HUSEN BAKAR (15)
HUSEN BAKAR (16)
HUSEN BAKAR (17)
HUSEN BAKAR (18)
HUSEN BAKAR (19)
HUSEN BAKAR (20)
HUSEN BAKAR (21)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury



Súmula: Requer a constituição de CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar possíveis irregularidades vinculadas a questões fundiárias e de ocupação transgeracional no Município de Pontal do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição do Estado do Paraná, por meio do §3º, do artigo 62, com fundamentos nos artigos 34, 36 e 37 do Regimento Interno (R.I.) da Assembleia Legislativa, com muita honra comparecem perante Vossa Excelência, para REQUERER, depois de colhida a devida aprovação do douto Plenário desta Casa de Leis, a constituição de CPI – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, doravante denominada de “CPI da ocupação fundiária de Pontal do Paraná”, integrada por 9 (nove) membros, com prazo de duração previsto em 120 (cento e vinte) dias passíveis de suspensão durante recessos e prorrogações nos termos do §3º, do artigo 36 do R.I., para proceder a inquérito sobre denúncias de possíveis ilegalidade, fraudes e irregularidades em desfavor da população do Município de Pontal do Paraná (PR), ferindo direitos e garantias individuais e coletivas, no processo de ocupação de áreas, vinculadas a direito legais transgeracionais.

Para cumprimento dos propósitos desta pretensa CPI, em atenção ao preceituado no §6º, do artigo 36 do R.I., requer-se desde já, a aprovação do Plenário para que a respeitável Comissão Executiva, de forma preferencial e sempre em caráter de urgência, observado o exíguo prazo de vigência desta Comissão, destine os recursos necessários em atendimento às solicitações da CPI, em especial, no que concerne a fornecimento de equipamentos, locais de trabalho e reunião, servidores de apoio, contratação de técnicos, deslocamentos da Comissão e equipe técnica, dentre outras a critério da CPI, para o exercício das competências impostas pelo artigo 37 do R.I. e demais legislações satélites.

Sala das Sessões, em 12 de março de 2015.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO
SCANAVACA



Recebu
em 11/3/15

SINDICATO DOS ESTIVADORES DE PARANAGUÁ E PONTAL DO PARANÁ - SINDESTIVA, entidade sindical regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.178.340/0001-02, com sede e foro em Paranaguá/PR, na Rua Visconde de Nácar, 732 - CEP 83.203-180, comparece a presença de Vossa Excelência para expor e, ao final, requerer o que segue.

Na qualidade de representante dos legítimos interesses da classe dos estivadores de Paranaguá e Pontal do Paraná este sindicato tem diligenciado para evitar a perpetração de atos tendentes a lesar os direitos trabalhistas de seus representados.

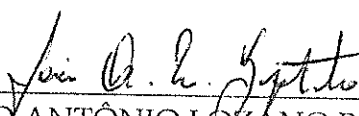
No desenvolver desta atividade, o sindicato tem acompanhado de perto a tentativa de desenvolvimento de um terminal privado na área de Pontal do Paraná. Ocorre que segundo apurações preliminares feitas a área onde se pretende instalar este terminal portuário é bastante litigiosa - tendo inclusive fortes indícios de que ela poderia retornar à titularidade o Estado do Paraná (em vista nulidades perpetradas quando de sua transferência).

Para se ter uma ideia, tais nulidades já foram apreciadas e reconhecidas judicialmente (ainda que através de decisões liminares), conforme se depreende do **processo nº 5004948-82.2014.4.04.7008** atualmente em trâmite perante a Justiça Federal de Paranaguá - além de ser do conhecimento da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná (através do **protocolo nº 13.258.571-7**).

Desta forma, dada a importância do tema e do inegável interesse do Estado do Paraná, requer-se a Vossa Excelência seja instaurado procedimento perante esta casa legislativa para fins de ser devidamente apurados tais fatos.

Pede deferimento.

Curitiba, 10 de março de 2015.


JOÃO ANTÔNIO LOZANO BAPTISTA - Presidente



- 1- Scanavacca
- 2- Tião Medeiros
- 3- Bernardo R. Carli
- 4- Cobra Reporter
- 5- Wilmar Reichembach
- 6- Marcio Paulik
- 7- Guto Silva
- 8- Evandro Jr.
- 9- Tadeu Veneri
- 10- Paulo "Zitro"
- 11- Pericles de Mello
- 12- Evandro Araujo
- 13- Schiavinato
- 14- Nereu Moura
- 15- Nelson Justus.
- 16- Francisco Buhner
- 17- Requião Filho
- 18- Nelson Luersen
- 19- Pasca Rodrigues
- 20- Cristina Silvestri



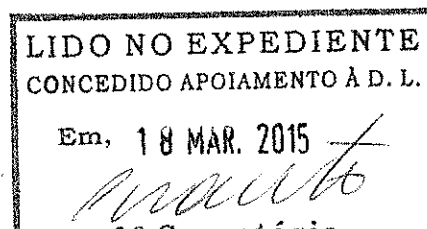
COMUNICADO

Comunicamos aos Senhores Deputados que foi apresentado requerimento na Sessão Plenária de 17 de março de 2015, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca e outros, destinado à criação da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ, para apurar as denúncias de possíveis ilegalidades, fraudes e irregularidades em desfavor da população do Município de Pontal do Paraná, ferindo direitos e garantias individuais e coletivas, no processo de ocupação de áreas, vinculadas a direitos legais transgeracionais.

Solicitamos aos Senhores Líderes que procedam à indicação dos respectivos Membros, em número de nove, conforme coeficiente anexo.

Sala das Sessões, 18 de março de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



CPI DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁS **Composição 9 Membros**

Partido/Bloco	Deputados	Quociente	Membros
PSC	12	2,000	2
PMDB	8	1,333	1
PSDB	7	1,166	1
Bloco PSB/PPS/PTB	5	0,833	1
Bloco PP/PMN/SD	4	0,666	1
Bloco PRB/PSL/PV/PPL	4	0,666	1
PDT	4	0,666	1
DEM	4	0,666	1
Vagas Preenchidas			9



RELAÇÃO DOS INDICADOS

PSC	GUTO SILVA	MARCIO NUNES
	Titular	Suplente
PSC	HUSSEIN BAKRI	COBRA REPORTER
	Titular	Suplente
PMDB	NEREU MOURA	ARTAGÃO JR
	Titular	Suplente
PSDB	BERNARDO R. CARLI	FRANCISCO BURHER
	Titular	Suplente
Bloco PSB/PPS/PTB	TIÃO MEDEIROS	TIAGO AMARAL
	Titular	Suplente
Bloco PP/PMN/SD	DR. BATISTA	MARIA VICTÓRIA
	Titular	Suplente
Bloco PRB/PSL/PV/PPL	RASCA RODRIGUES	ADELINO RIBEIRO
	Titular	Suplente
PDT	SCANA VACA	NELSON LUERSEN
	Titular	Suplente
DEM	ELIO RUSCH	PEDRO LUPION
	Titular	Suplente

- 1**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



À DIRETORIA LEGISLATIVA PARA ANOTAÇÕES.

DATA: 24 MAR. 2015

PRESIDENTE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

Requer a indicação de membro titular e suplente para comporem a CPI da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder da Bancada do PSDB, requer a indicação do Deputado Bernardo Ribas Carli, como membro titular e o Deputado Francisco Bühner, como membro suplente, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná.

Sala das Sessões, 23 de março de 2015.

DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER
Líder do PSDB

15:28 24/03/2015 00:13:04 DP ASSINELER LEGISLATIVO DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



À DIRETORIA LEGISLATIVA PARA ANOTAÇÕES.

REQUERIMENTO

DATA: 24 MAR. 2015
PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Requer a indicação de membros titulares e suplentes para comporem a CPI da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder da Bancada do PSC, requer a indicação dos Deputados abaixo, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, a seguir:

Titular	Suplente
Dep. Guto Silva	Marcio Nunes
Dep. Hussein Bakri	Cobra Repórter

Sala das Sessões, 23 de março de 2015.

DEPUTADO PARANHOS
Líder do PSC



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



À DIRETORIA LEGISLATIVA PARA ANOTAÇÕES.

DATA: 24 MAR. 2015
PRESIDENTE

REQUERIMENTO

Requer a indicação de membro titular e suplente para comporem a CPI da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná.

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder da Bancada do PDT, requer a indicação do Deputado Fernando Scanavaca, como membro titular e o Deputado Nelson Luersen, como membro suplente, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná.

Sala das Sessões, 23 de março de 2015.

DEPUTADO NELSON LUERSEN
Líder do PDT

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências

em 25/03/15

15/13 24/03/2015 001299 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



À DIRETORIA LEGISLATIVA PARA ANOTAÇÕES.

DATA: 24 MAR. 2015
PRESIDENTE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

Requer a indicação de membros titulares e suplentes para comporem a CPI da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder do Bloco PP/PMN/SD, requer a indicação dos Deputados abaixo, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, a seguir:

Deputado Dr. Batista
Membro titular

Deputado Maria Victoria
Membro suplente

Sala das Sessões, 23 de março de 2015.

Francischini
DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI
Líder do Bloco

15:13 24/03/2015 00:12:58 DA DIRETORIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



REQUERIMENTO

À DIRETORIA LEGISLATIVA PARA ANOTAÇÕES.

DATA: 24 MAR. 2015

PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Requer a indicação de membro titular e suplente para comporem a CPI da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder do Bloco PRB/PSL/PV/PPL, requer a indicação do Deputado Rasca Rodrigues, como membro titular e o Deputado Adelino Ribeiro, como membro suplente, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná.

Sala das Sessões, 23 de março de 2015.

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
Líder do Bloco

15:13 24/03/2015 00:13:00 DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



REQUERIMENTO

À DIRETORIA LEGISLATIVA PARA ANOTAÇÕES.

DATA:

PRESIDENTE

24 MAR. 2015

24 MAR. 2015

Indicação de membro titular e suplente para comporem a CPI da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná.

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo assinado requer a indicação do Deputado Élio Rusch, como membro titular e do deputado Pedro Lupion, como membro suplente, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito de Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná.

Sala das Sessões, 24 de março de 2015.

Élio Rusch
Deputado Estadual

15:14 24/03/2015 00:13:01 007 005210119 100000000 00 000000



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



REQUERIMENTO

À DIRETORIA LEGISLATIVA PARA ANOTAÇÕES.

DATA: 25 MAR. 2015

PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Requer a indicação de membro titular e suplente para comporem a CPI da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder do Partido do PMDB, requer a indicação do Deputado Nereu Moura, como membro titular e o Deputado Artagão Junior, como membro suplente, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná.

Sala das Sessões, 25 de março de 2015.

DEPUTADO NEREU MOURA
Líder do PMDB

15121 25/03/2015 001333 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



REQUERIMENTO

À DIRETORIA LEGISLATIVA PARA ANOTAÇÕES.

DATA: 25 MAR. 2015

PRESIDENTE

Requer a indicação de membro titular e suplente para comporem a CPI da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná.

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder do Bloco PSB/PPS/PTB, requer a indicação do Deputado Tião Medeiros, como membro titular e o Deputado Tiago Amaral, como membro suplente, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná.

Sala das Sessões, 25 de março de 2015.

DEPUTADO TIAO MEDEIROS
Líder do Bloco

15:35 25/03/2015 001338 00P ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



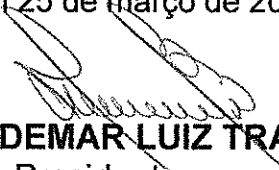
ATO DO PRESIDENTE Nº 14/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inc. XXXII, e tendo em vista o disposto no art. 36, do Regimento Interno,

DECLARA

constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme Proposição do Deputado FERNANDO SCANAVACA, apresentada na Sessão Ordinária do dia 17 de março de 2015, contendo vinte e uma assinaturas e autuada nesta Diretoria Legislativa, com a finalidade de *“apurar as denúncias de possíveis ilegalidades, fraudes e irregularidades em desfavor da população do Município de Pontal do Paraná, ferindo direitos e garantias individuais e coletivas, no processo de ocupação de áreas, vinculadas a direitos legais transgeracionais”*. A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta pelos Deputados Guto Silva (PSC), titular e Marcio Nunes (PSC), suplente; Hussein Bakri (PSC), titular e Cobra Repórter (PSC), suplente; Nereu Moura (PMDB), titular e Artagão Junior (PMDB), suplente; Bernardo Ribas Carli (PSDB), titular e Francisco Bühner (PSDB), suplente; Tião Medeiros (PTB), titular e Tiago Amaral (PSB), suplente; Dr. Batista (PMN), titular e Maria Victória (PP), suplente; Rasca Rodrigues (PV), titular e Adelino Ribeiro (PSL), suplente; Fernando Scanavaca (PDT), titular e Nelson Luersen (PDT), suplente; Elio Rusch (DEM), titular e Pedro Lupion (DEM), suplente. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de cento e vinte dias, com observância às disposições da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala da Presidência, em 25 de março de 2015.


Deputado **ADEMAR LUIZ TRAIANO**
Presidente

Buhrer. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos e solicitou ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Fernando Scanavaca, solicitou a dispensa da leitura. O Presidente consultou aos membros se concordam. Após a aquiescência, foi a Ata devidamente aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 134/15, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 003/15, dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual e dá outras providências. Relator Deputado TIAGO AMARAL. Ressaltou que a medida poderá gerar importante acréscimo de receita para os cofres do Estado, sem que sejam efetivados aumentos tributários e/ou quaisquer outras medidas que prejudiquem os contribuintes que mantem em dia suas obrigações legais. Parecer FAVORÁVEL, sendo APROVADO por unanimidade. 02) Projeto de Lei nº 170/15, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 006/15, que altera o art. 8º da Lei nº 17.639, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre o Programa Luz Fraterna. Relator Deputado Fernando Scanavaca. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Presidente em exercício

Wilson Penka
Secretário

21712/2015

Comissão Executiva

ATO DO PRESIDENTE Nº 10/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, XXXII, do Regimento Interno

DECLARA

constituída a Frente Parlamentar Anticorrupção, conforme Proposição do Deputado Alexandre Guimarães, apresentada na Sessão Plenária do dia 17 de março de 2015, com o objetivo de debater a regulamentação da Lei Federal nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Segundo termo de adesão juntado ao Processo, a Frente Parlamentar será integrada pelos Deputados Alexandre Guimarães (PSC), Evandro Araújo (PSC), Hussein Bakri (PSC), Guto Silva (PSC), Tião Medeiros (PTB), Maria Victória (PP), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Rasca Rodrigues (PV), Chico Brasileiro (PSD), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Cristina Silvestri (PPS), Cobra Repórter (PSC), Dr. Batista (PMN), Marcio Pacheco (PPL), Tecilio Turini (PPS), Pastor Edson Praczyk (PRB), Tiago Amaral (PSB), Paranhos (PSC) e Cantora Mara Lima (PSDB). Os trabalhos da Frente Parlamentar serão coordenados pelo Deputado Alexandre Guimarães (PSC) e serão observadas as disposições do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e legislação aplicável.

Sala da Presidência, em 24 de março de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente

21713/2015

ATO DO PRESIDENTE Nº 11/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 do Regimento Interno, e em razão do Comunicado lido na Sessão Plenária de 16 de março, consignado na Ata nº 17, publicada no Diário Oficial da Assembleia, Edição nº 826, de 18 de março, bem como da deliberação constante na Ata nº 19, publicada no Diário Oficial da Assembleia, Edição nº 829, de 23 de março de 2015,

DECLARA

eleita a Corregedoria Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para atuação na 18ª Legislatura, 1ª e 2ª Sessões Legislativas, sendo eleito como Corregedor o Deputado Missionário Ricardo Arruda.

Sala da Presidência, em 24 de março de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente

21715/2015

ATO DO PRESIDENTE Nº 12/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, XXXII, do Regimento Interno

DECLARA

constituída a Frente Parlamentar em Defesa das APAES, conforme Proposição da Deputada Cantora Mara Lima, apresentada na Sessão Plenária do dia 16 de março de 2015, tendo como objetivos: realizar amplo debate entre os especialistas e a sociedade sobre o polêmico assunto da inclusão social; promover audiências públicas nos municípios polos para ampliar a discussão e ouvir experiências que

estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; estabelecer um relacionamento entre o Poder Legislativo e a Federação das APAES do Paraná; e, elaborar relatório amplo e detalhado para o Governo do Estado. Segundo termo de adesão juntado ao Processo, a Frente Parlamentar será integrada pelos Deputados Wilmar Reichembach (PSC), Cristina Silvestri (PPS), Claudia Pereira (PSC), Pastor Edson Praczyk (PRB), Maria Victória (PP), Tiago Amaral (PSB), Felipe Francischini (SD), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Paranhos (PSC), Alexandre Guimarães (PSC), Pedro Lupion (DEM), Elio Rusch (DEM), Cobra Repórter (PSC), Nelson Justus (DEM), Marcio Nunes (PSC) e Claudio Palozi (PSC). Os trabalhos da Frente Parlamentar serão coordenados pela Deputada Cantora Mara Lima (PSDB) e serão observadas as disposições do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e legislação aplicável.

Sala da Presidência, em 24 de março de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente

21716/2015

ATO DO PRESIDENTE Nº 13/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inc. XXXII, e tendo em vista o disposto no art. 36, do Regimento Interno,

DECLARA

constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme Proposição do Deputado FELIPE FRANCISCHINI, apresentada na Sessão Ordinária do dia 10 de março de 2015, contendo cinquenta e duas assinaturas e autuada nesta Diretoria Legislativa, com a finalidade de "investigar os atos criminosos relacionados à explosões de caixas eletrônicas, bem como investigar a comercialização, transporte, manuseio e emprego de explosivos por empresas sediadas em território estadual". A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta pelos Deputados Missionário Ricardo Arruda (PSC), titular e Marcio Nunes (PSC), suplente; Artagão Junior (PMDB), titular e Anibelli Neto (PMDB), suplente; Guto Silva (PSC), titular e Wilmar Reichembach (PSC), suplente, vagas cedidas pelo Bloco PSB/PPS/PTB; Francisco Buhrer (PSDB), titular e Mauro Moraes, suplente; Felipe Francischini (SD), titular e Maria Victória (PP), suplente; Rasca Rodrigues (PV), titular e Adelino Ribeiro (PSL), suplente; Professor Lemos (PT), titular e Pêrides de Mello (PT), suplente. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de cento e vinte dias, com observância às disposições da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala da Presidência, em 24 de março de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente

21718/2015

ATO DO PRESIDENTE Nº 14/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inc. XXXII, e tendo em vista o disposto no art. 36, do Regimento Interno,

DECLARA

constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme Proposição do Deputado FERNANDO SCANAVACA, apresentada na Sessão Ordinária do dia 17 de março de 2015, contendo vinte e uma assinaturas e autuada nesta Diretoria Legislativa, com a finalidade de "apurar as denúncias de possíveis ilegalidades, fraudes e irregularidades em desfavor da população do Município de Pontal do Paraná, ferindo direitos e garantias individuais e coletivas, no processo de ocupação de áreas, vinculadas a direitos legais transgeracionais". A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta pelos Deputados Guto Silva (PSC), titular e Marcio Nunes (PSC), suplente; Hussein Bakri (PSC), titular e Cobra Repórter (PSC), suplente; Nereu Moura (PMDB), titular e Artagão Junior (PMDB), suplente; Bernardo Ribas Carli (PSDB), titular e Francisco Buhrer (PSDB), suplente; Tião Medeiros (PTB), titular e Tiago Amaral (PSB), suplente; Dr. Batista (PMN), titular e Maria Victória (PP), suplente; Rasca Rodrigues (PV), titular e Adelino Ribeiro (PSL), suplente; Fernando Scanavaca (PDT), titular e Nelson Luersen (PDT), suplente; Elio Rusch (DEM), titular e Pedro Lupion (DEM), suplente. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de cento e vinte dias, com observância às disposições da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala da Presidência, em 25 de março de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ (Ato do Presidente nº 14/2015)

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões, anexa ao Plenário, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças, para instalação e eleição da Comissão Parlamentar de Inquérito – Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 14/2014, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 831, de 25 de março de 2015, com a finalidade de, nos termos da proposição apresentada, no prazo de cento e vinte dias, apurar as denúncias de possíveis ilegalidades, fraudes e irregularidades em desfavor da população do Município de Pontal do Paraná, ferindo direitos e garantias individuais e coletivas, no processo de ocupação de áreas, vinculadas a direitos legais transgeracionais. Presentes os Deputados Guto Silva (PSC), Hussein Bakri (PSC), Nereu Moura (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Tião Medeiros (PTB), Dr. Batista (PMN), Rasca Rodrigues (PV), Fernando Scanavaca (PDT) e Elio Rusch (DEM). Ato contínuo, verificado o número legal, passou-se à eleição do Presidente e do Relator. Passando-se para à votação, foram eleitos por unanimidade, para Presidente, o Deputado Fernando Scanavaca e para Relator, o Deputado Tião Medeiros. Na sequência, assumindo a função de Presidente, o Deputado Fernando Scanavaca agradeceu a presença de todos e declarou instalada a Comissão. Nada mais havendo a tratar encerrou os trabalhos, e para que produza seus efeitos legais, determinou a lavratura da presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada por todos os membros da comissão.

Deputado Fernando Scanavaca
Presidente

Deputado Tião Medeiros
Relator

Deputado Guto Silva
Membro

Deputado Hussein Bakri
Membro

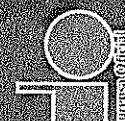
Deputado Nereu Moura
Membro

Deputado Bernardo Ribas Carli
Membro

Deputado Dr. Batista
Membro

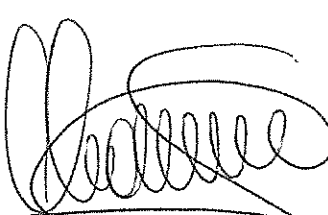
Deputado Rasca Rodrigues
Membro

Deputado Elio Rusch
Membro



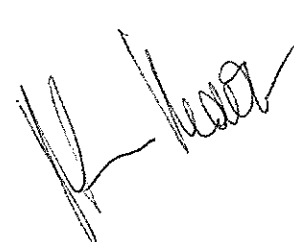
ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

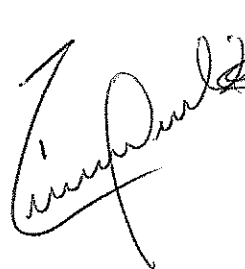
Aos catorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às 17:00 horas, na sala de reuniões do Plenário, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Segunda Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura, sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros, com o objetivo de aprovar o envio de pedido de informações referentes a existência de processos judiciais envolvendo o assunto objeto da presente CPI ao Prefeito do Município de Pontal do Paraná, bem como ao Procurador Geral do Estado do Paraná. Deliberaram ainda sobre a anexação do pedido de colaboração do Sr. Marcio Luiz Gonçalves Kammers, que se colocou à disposição para prestar informações à CPI, por entender que possui condições de colaborar com a elucidação do tema. Presentes os Senhores Deputados Tião Medeiros (relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rusch, Guto Silva, Hussein Bakri, Nereu Moura e Rasca Rodrigues. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, colocando em discussão e em posterior deliberação os pedidos de informações destinados ao Prefeito de Pontal do Paraná, bem como ao Procurador Geral do Estado, que foi aprovado de forma unânime. Posteriormente, procedeu a leitura da solicitação protocolizada sob o nº 6011/2015, pelo Sr. Marcio Luiz Gonçalves Kammers, que teve sua anexação e determinação de apreciação do seu conteúdo aprovadas. Antes de encerrar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia 04/05/2015. A presente Ata foi lavrada por mim, _____, Assessor Parlamentar, que a assino após sua Excelência.

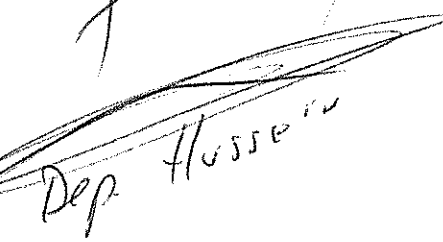

Dep. Estadual **FERNANDO SCANAVACA**
Presidente


Dep. Estadual **ELIO RUSCH**


Dep. Estadual **GUTO SILVA**


Dep. Estadual **NEREU MOURA**


Dep. Estadual **HUSSEIN BAKRI**


Dep. Estadual **RASCA RODRIGUES**

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA
DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

Aos catorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às 17:00 horas, na sala de reuniões do Plenário, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Segunda Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura, sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros, com o objetivo de aprovar o envio de pedido de informações referentes a existência de processos judiciais envolvendo o assunto objeto da presente CPI ao Prefeito do Município de Pontal do Paraná, bem como ao Procurador Geral do Estado do Paraná. Deliberaram ainda sobre a anexação do pedido de colaboração do Sr. Marcio Luiz Gonçalves Kammer, que se colocou à disposição para prestar informações à CPI, por entender que possui condições de colaborar com a elucidação do tema. Presentes os Senhores Deputados Tião Medeiros (relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rusch, Guto Silva, Hussein Bakri, Nereu Moura e Rasca Rodrigues. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, colocando em discussão e em posterior deliberação os pedidos de informações destinados ao Prefeito de Pontal do Paraná, bem como ao Procurador Geral do Estado, que foi aprovado de forma unânime. Posteriormente, procedeu a leitura da solicitação protocolizada sob o nº 6011/2015, pelo Sr. Marcio Luiz Gonçalves Kammer, que teve sua anexação e determinação de apreciação do seu conteúdo aprovadas. Antes de encerrar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia ____/____/____. A presente Ata foi lavrada por mim, _____, Assessor Parlamentar, que a assino após sua Excelência.

Dep. Estadual FERNANDO SCANAVACA

Presidente

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA
DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às 13:30 horas, na sala de reuniões do Plenário, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Terceira Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura, sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros, com o objetivo de aprovar o envio de pedido de informações pertinentes ao objeto da presente Comissão Parlamentar de Inquérito. Deliberaram ainda sobre a aprovação do plano de trabalho da presente Comissão. Presentes os Senhores Deputados Tião Medeiros (relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rusch, Guto Silva, Hussein Bakri, Nereu Moura e Rasca Rodrigues. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, colocando em discussão e em posterior deliberação os pedidos de informações elaborados pela secretaria da comissão, que foram aprovados de forma unânime. Posteriormente, procedeu a leitura abreviada do plano de trabalho apresentado pelo Relator da CPI, que foi aprovado pelos pares. Antes de encerrar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia ____/____/____. A presente Ata foi lavrada por mim, _____, Assessor Parlamentar, que a assino após sua Excelência.

Dep. Estadual FERNANDO SCANAVACA

Presidente

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura

ATA DA

24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson apresentou a redação final ao Projeto de Lei nº 251/2015, de autoria do Deputado Marcio Nunes, concessão de Título de Utilidade Pública ao Centro Paranaense da Cidadania – Cidadania e Qualidade de Vida, com sede e foro no Município de Curitiba. Colocada em votação, a Redação Final foi aprovada, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURÍ

PRESIDENTE

MARCELO REBELLO

SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura

ATA DA

25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson apresentou a redação final ao Projeto de Lei nº 105/2015, de autoria do Deputado Felipe Francischini e Rasca Rodrigues, Instituição do Dia Estadual do Skate e da Semana Estadual de Fomento ao Skate no Estado do Paraná; Projeto de Resolução nº 11/2015, autoria da Comissão de Indústria e Comércio, alteração do Anexo da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005 – Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Colocada em votação, as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURÍ

PRESIDENTE

MARCELO REBELLO

SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura

ATA DA

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Lemos apresentou a redação final ao Projeto de Lei nº 105/2015, de autoria do Deputado Felipe Francischini e Rasca Rodrigues, Instituição do Dia Estadual do Skate e da Semana Estadual de Fomento ao Skate no Estado do Paraná, com emenda de redação; Projeto de Lei nº 165/2015, autoria da Deputada Cantora Mara Lima, Instituição do Mês da Mulher, a ser celebrado anualmente em março; Projeto de Lei nº 242/2015, de autoria do Poder Executivo, autorização à Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel, para alienar, por meio de licitação, os bens imóveis que especifica, localizados no Município de Boa Vista da Aparecida. Colocada em votação, as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURÍ

PRESIDENTE

MARCELO REBELLO

SECRETÁRIO

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às 13:30 horas, na sala de reuniões do Plenário, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Terceira Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura, sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros, com o objetivo de aprovar o envio de pedido de informações pertinentes ao objeto da presente Comissão Parlamentar de Inquérito. Deliberaram ainda sobre a aprovação do plano de trabalho da presente Comissão. Presentes os Senhores Deputados Tião Medeiros (relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rusch, Guto Silva, Hussein Bakri, Nereu Moura e Rasca Rodrigues. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, colocando em discussão e em posterior deliberação os pedidos de informações elaborados pela secretaria da comissão, que foram aprovados de forma unânime. Posteriormente, procedeu a leitura abreviada do plano de trabalho apresentado pelo Relator da CPI, que foi aprovado pelos pares. Antes de encerrar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia 22/05/2015. A presente Ata foi lavrada por mim, _____, Assessor Parlamentar, que a assino após sua Excelência.

Dep. Estadual FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Guto Silva

Alvaro

Impr...

HUSSEIN
DEP
Elio

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA
DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

Aos catorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às 17:00 horas, na sala de reuniões do Plenário, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Segunda Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura, sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros, com o objetivo de aprovar o envio de pedido de informações referentes a existência de processos judiciais envolvendo o assunto objeto da presente CPI ao Prefeito do Município de Pontal do Paraná, bem como ao Procurador Geral do Estado do Paraná. Deliberaram ainda sobre a anexação do pedido de colaboração do Sr. Marcio Luiz Gonçalves Kammers, que se colocou à disposição para prestar informações à CPI, por entender que possui condições de colaborar com a elucidação do tema. Presentes os Senhores Deputados Tião Medeiros (relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rusch, Guto Silva, Hussein Bakri, Nereu Moura e Rasca Rodrigues. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, colocando em discussão e em posterior deliberação os pedidos de informações destinados ao Prefeito de Pontal do Paraná, bem como ao Procurador Geral do Estado, que foi aprovado de forma unânime. Posteriormente, procedeu a leitura da solicitação protocolizada sob o nº 6011/2015, pelo Sr. Marcio Luiz Gonçalves Kammers, que teve sua anexação e determinação de apreciação do seu conteúdo aprovadas. Antes de encerrar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia ____/____/____. A presente Ata foi lavrada por mim, _____, Assessor Parlamentar, que a assino após sua Excelência.

Dep. Estadual FERNANDO SCANAVACA

Presidente

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA
DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às 13:30 horas, na sala de reuniões do Plenário, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Terceira Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura, sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros, com o objetivo de aprovar o envio de pedido de informações pertinentes ao objeto da presente Comissão Parlamentar de Inquérito. Deliberaram ainda sobre a aprovação do plano de trabalho da presente Comissão. Presentes os Senhores Deputados Tião Medeiros (relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rusch, Guto Silva, Hussein Bakri, Nereu Moura e Rasca Rodrigues. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, colocando em discussão e em posterior deliberação os pedidos de informações elaborados pela secretaria da comissão, que foram aprovados de forma unânime. Posteriormente, procedeu a leitura abreviada do plano de trabalho apresentado pelo Relator da CPI, que foi aprovado pelos pares. Antes de encerrar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia ____/____/____. A presente Ata foi lavrada por mim, _____, Assessor Parlamentar, que a assino após sua Excelência.

Dep. Estadual FERNANDO SCANAVACA

Presidente

48631/2015

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura

ATA DA

24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson apresentou a redação final ao Projeto de Lei nº 251/2015, de autoria do Deputado Marcio Nunes, concessão de Título de Utilidade Pública ao Centro Paranaense da Cidadania – Cidadania e Qualidade de Vida, com sede e foro no Município de Curitiba. Colocada em votação, a Redação Final foi aprovada, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI

PRESIDENTE

MARCELO REBELLO

SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura

ATA DA

25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson apresentou a redação final ao Projeto de Lei nº 105/2015, de autoria do Deputado Felipe Francischini e Rasca Rodrigues, instituição do Dia Estadual do Skate e da Semana Estadual de Fomento ao Skate no Estado do Paraná; Projeto de Resolução nº 11/2015, autoria da Comissão de Indústria e Comércio, alteração do Anexo da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Colocada em votação, as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI

PRESIDENTE

MARCELO REBELLO

SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura

ATA DA

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Lemos apresentou a redação final ao Projeto de Lei nº 105/2015, de autoria do Deputado Felipe Francischini e Rasca Rodrigues, instituição do Dia Estadual do Skate e da Semana Estadual de Fomento ao Skate no Estado do Paraná, com emenda de redação; Projeto de Lei nº 165/2015, autoria da Deputada Cantora Mara Lima, instituição do Mês da Mulher, a ser celebrado anualmente em março; Projeto de Lei nº 242/2015, de autoria do Poder Executivo, autorização à Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel, para alienar, por meio de licitação, os bens imóveis que especifica, localizados no Município de Boa Vista da Aparecida. Colocada em votação, as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI

PRESIDENTE

MARCELO REBELLO

SECRETÁRIO



ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às 09:00, no Salão Nobre, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Quarta Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniu-se a Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Hussein Bakari, com o objetivo de: a) aprovação da ata da terceira reunião ordinária desta CPI, com convalidação da publicação efetuada no Diário Oficial da Assembleia n.884 do dia 16 de junho de 2015; b) informações do Sr. Relator Deputado Tião Medeiros acerca dos ofícios já enviados e respostas recebidas; c) apresentação do Sr. Relator Deputado Tião Medeiros da "Linha do Tempo" dos atos legais que envolvem a área desde 1850; d) apreciação quanto ao envio de novos pedidos de informação relativos ao objeto da presente Comissão Parlamentar de Inquérito, especialmente aos entes federais: IPHAN, ANTAQ, FUNAI, ICMBio, SEP, entre outros; e) na próxima reunião seja deliberado sobre quem deverá ser convocado para prestar esclarecimentos acerca dos objetivos desta Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e fazendo um breve relato dos objetivos desta Comissão. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator para que este, na primeira ordem do dia, apresentasse a relação de ofícios expedidos e respostas recebidas. No segundo item da ordem do dia, apresentou a "Linha do Tempo". O Relator, com o uso de mídia, apresentou todo o histórico da Ocupação Fundiária na localidade de Pontal do Paraná, cuja origem das terras datam do Império, formando terras devolutas, que foram autorizadas a serem doadas, *ad mensuram*, do Estado do Paraná ao Município de Paranaguá. Porém, o Estado doou 43,33% a mais do que previa a Lei Municipal Nº429/1949 ao Município de Paranaguá, e este, por sua vez, deu em concessão a pessoas físicas, tendo essas constituído uma pessoa jurídica, sucedida hoje pela Empresa Balneária de Pontal do Paraná LTDA. Apontou, que através de uma lei desta casa, o Estado do Paraná doou ao Município de Paranaguá com o objetivo de ocupação e desenvolvimento daquela localidade. Ainda, o Sr. Relator sugeriu a votação para que a "Linha do Tempo" seja adicionada ao Site da Assembleia para dar publicidade aos atos realizados até o presente momento, a qual foi aprovada por unanimidade. No terceiro item da ordem do dia, ficou aprovado de forma unânime a expedição de ofícios Nº 008/2015, Nº 009/2015, Nº 010/2015, Nº 011/2015, Nº 012/2015. No último item da ordem o Sr. Presidente

Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gabinete 502 - 5º andar - CEP: 80530-911 - Fone: (41) 3358-4252
www.tiaomedeiros.com.br



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



sugere a convocação do Prefeito de Pontal do Paraná para explicar a desobediência em relação a presente CPI, como também a expedição de ofício ao ITCG para medição da área que efetivamente está sendo ocupada pela Empresa Balneária de Pontal do Sul LTDA na presente data. Em votação, fica aprovado de forma unânime que a próxima sessão irá aprovar as convocações de pessoas que serão ouvidas. Antes de encerrar, o Senhor Presidente abriu a palavra e o Sr. Deputado Bernardo Carli toma a palavra e menciona a questão da Prefeitura de Pontal do Paraná, alegando que já foi visitada a mesma e quer tomar medidas para trazer a verdade sobre objetivos desta Comissão, portanto o Sr. Deputado pede esclarecimento por parte do Prefeito. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos e convocou a próxima reunião para a próxima terça-feira (30 de junho do presente ano) às 09:00 a acontecer na sala das Comissões. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, vai pelo Exmo. Sr. Presidente desta Comissão e por mim Luísa Wendpap, Assessora Parlamentar, assinada.

Dep. Estadual FERNANDO SCANAVACA
Presidente

Luísa Wendpap Cecatto

Praça Nossa Senhora da Salette, s/n

Gabinete 502 – 5º andar – CEP: 80530-911 – Fone: (41)3350-4252

www.tiaomedeiros.com.br



de Souza: Inicia dizendo que todos sonham com uma educação de melhor qualidade, onde nossos filhos e netos possam receber um ensinamento digno e nós pais possamos ter sempre essa responsabilidade na educação dos nossos filhos e a escola ensinando os nossos filhos para fazerem deles pessoas de sucesso. Deputado Evandro Araújo: Espera uma excelente Audiência e que possamos de fato produzir um texto que chega a altura do Paraná e dos paranaenses. Professor José: comenta que tem participado de algumas audiências de alguns PNES e destaca a importância da diversidade, e que diversidade é qualidade e esse é o elemento central do debate. Citou alguns dados do Brasil e mais alguns do Paraná. Que um bom Plano começa com um bom diagnóstico para que aí eu veja de fato a conta. Cita que o PNE é um bom Plano, mais que boa parte das metas, reproduzem metas do Plano anterior pela questão do financiamento. O elemento central é que o Plano é um instrumento de mobilização. Temos que estar unidos cobrando da União, mas também fazendo a nossa parte. Se o Paraná já garante os 30%, eu já adianto que tem que ir além. Lembrou que no Brasil 64mil escolas rurais foram fechadas em 32 anos, porque a política de fundos não compensa, porque uma escola rural tem poucos alunos. Dos dados que nós temos do Paraná, o dinheiro que existe hoje não garante as metas de quantidade e nem as de qualidade e o fundamental da cobrança tem que ser do Governo Federal, mais até para se cobrar do Governo Federal, temos que fazer a nossa parte. Se eu falar que eu vou gastar o que já gasto e cobrar do Governo Federal, eu acho que eu perco a legitimidade. O professor intercalou o debate com uma série de slides sobre o tema. Sra. Marlei: Cumprimentou os presentes e destacou que a comissão, ou o grupo que está trabalhando as emendas do PEE fez um embate no Comitê Gestor, de que de fato, não tem como o Governo permanecer de forma como está na Meta 20. Comentou que a Meta 20 foi a preocupação e o destaque em cima deste Plano e que tanto no Ensino Superior quanto na Educação Básica existe uma necessidade e que a visão do Governo é diferente da educação do Paraná. Seguiu argumentando que a necessidade de atendimento hoje no Paraná já é de 34%, Ensino Superior: fora os 2% da Ciência e Tecnologia e Educação Básica de 34,30%, que é o que esta nos documentos oficiais do Governo. No Relatório da Secretaria da Fazenda, não há como se manter os 30%. Citou que no mínimo deve-se fazer uma vinculação nos 35% e que em relação ao salário foi feita uma vinculação no estado e que vai ser feita uma emenda na proposta, queremos fazer a vinculação do salário do Magistério dos Trabalhadores de Educação, com a vinculação dos demais trabalhadores do Poder Executivo. Encerrou enfatizando sobre a importância da Meta 20. Na sequência o Presidente Hussein Bakri abriu espaço para que os participantes da Audiência fizessem uso da palavra intercalando com a fala dos presentes na mesa. Após o pronunciamento de todos, o Presidente deu por encerrada esta Audiência agradecendo a todos os presentes.

HUSSEIN BAKRI
PRESIDENTE

PAULO SÉRGIO BUFFARA FARAH
SECRETÁRIO

52870/2015

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às 13:30 hora, na sala das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Quinta Reunião Ordinária da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura, sob a Presidência do Senhor Deputado Tião Medeiros, com o objetivo de discutir os Projetos de Lei nº 243/2015, n. 244/2015, n. 174/2015, 98/2015, 67/2015, 326/2015 e Projeto de Lei Complementar n. 02/2015. Presentes todos os membros da Comissão, os Senhores Deputados Felipe Francischini, Pastor Edson Praczyk, Wilmar Reichembach, Requião Filho, Paulo Litro e Márcio Pauliki. O Presidente deu início aos trabalhos, saudando todos os presentes. O Presidente concedeu a leitura da ata da quarta reunião ao Deputado Paulo Litro, momento em que o Deputado Pastor Edson Praczyk pediu sua dispensa, ao qual foi concedida, tendo sido aprovada por todos os presentes. Em seguida, passou à discussão dos projetos de lei, concedendo a palavra ao relator do Projeto n. 243/2015, Deputado Márcio Pauliki, ao qual se manifestou favoravelmente, sendo seguido por todos os presentes. O Presidente proclamou o voto e passou a apreciação do Projeto n. 244/2015 ao Deputado Paulo Litro, que também se manifestou favoravelmente, sendo seguido por todos os membros. Os Projetos de Lei n. 34/2015, de relatoria do Deputado Wilmar Reichembach, n. 174/2015, de relatoria do Deputado Felipe Francischini, n. 98/2015, de relatoria do Deputado Paulo Litro, n. 67/2015, de relatoria do Deputado Paulo Litro, n. 326/2015, de relatoria do Deputado Márcio Pauliki e o Projeto de Lei Complementar n. 2/2015, de relatoria do Deputado Felipe Francischini, também tiveram pareceres favoráveis, sendo aprovados por unanimidade dos membros. Ao final das explanações o Presidente da Comissão agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos. A presente Ata foi lavrada por mim, Sabrina Felipe Arcoverde, Secretária, que a assino após sua Excelência.

Deputado Estadual TIÃO MEDEIROS

Presidente

SABRINA FELIPE ARCOVERDE

Secretária

52872/2015

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às 09:00, no Salão Nobre, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Quarta Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniu-se a Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Hussein Bakri, com o objetivo de: a) aprovação da ata da terceira reunião ordinária desta CPI, com convalidação da publicação efetuada no Diário Oficial da Assembleia n.884 do dia 16 de junho de 2015; b) informações do Sr. Relator Deputado Tião Medeiros acerca dos ofícios já enviados e respostas recebidas; c) apresentação do Sr. Relator Deputado Tião Medeiros da "Linha do Tempo" dos atos legais que envolvem a área desde 1850; d) apreciação quanto ao envio de novos pedidos de informação relativos ao objeto da presente Comissão Parlamentar de Inquérito, especialmente aos entes federais: IPHAN, ANTAQ, FUNAI, ICMBio, SEP, entre outros; e) na próxima reunião seja deliberado sobre quem deverá ser convocado para prestar esclarecimentos acerca dos objetivos desta Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e fazendo um breve relato dos objetivos desta Comissão. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator para que este, na primeira ordem do dia, apresentasse a relação de ofícios expedidos e respostas recebidas. No segundo item da ordem do dia, apresentou a "Linha do Tempo". O Relator, com o uso de mídia, apresentou todo o histórico da Ocupação Fundiária na localidade de Pontal do Paraná, cuja origem das terras datam do Império, formando terras devolutas, que foram autorizadas a serem doadas, *ad mensuram*, do Estado do Paraná ao Município de Paranaguá. Porém, o Estado doou 43,33% a mais do que previa a Lei Municipal Nº429/1949 ao Município de Paranaguá, e este, por sua vez, deu em concessão a pessoas físicas, tendo essas constituído uma pessoa jurídica, sucedida hoje pela Empresa Balneária de Pontal do Paraná LTDA. Apontou, que através de uma lei desta casa, o Estado do Paraná doou ao Município de Paranaguá com o objetivo de ocupação e desenvolvimento daquela localidade. Ainda, o Sr. Relator sugeriu a votação para que a "Linha do Tempo" seja adicionada ao Site da Assembleia para dar publicidade aos atos realizados até o presente momento, a qual foi aprovada por unanimidade. No terceiro item da ordem do dia, ficou aprovado de forma unânime a expedição de ofícios Nº 008/2015, Nº 009/2015, Nº 010/2015, Nº 011/2015, Nº 012/2015. No último item da ordem o Sr. Presidente sugere a convocação do Prefeito de Pontal do Paraná para explicar a desobediência em relação a presente CPI, como também a expedição de ofício ao ITCG para medição da área que efetivamente está sendo ocupada pela Empresa Balneária de Pontal do Sul LTDA na presente data. Em votação, fica aprovado de forma unânime que a próxima sessão irá aprovar as convocações de pessoas que serão ouvidas. Antes de encerrar, o Senhor Presidente abriu a palavra e o Sr. Deputado Bernardo Carli toma a palavra e menciona a questão da Prefeitura de Pontal do Paraná, alegando que já foi visitada a mesma e quer tomar medidas para trazer a verdade sobre objetivos desta Comissão, portanto o Sr. Deputado pede esclarecimento por parte do Prefeito. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos e convocou a próxima reunião para a próxima terça-feira (30 de junho do presente ano) às 09:00 a acontecer na sala das Comissões. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, vai pelo Exmo. Sr. Presidente desta Comissão e por mim Luísa Wendpap, Assessora Parlamentar, assinada.

Dep. Estadual FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Luísa wendpap

Assessora Parlamentar

52873/2015

Publicações Administrativas

Atos de Pessoal

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1892/2015

Dispõe sobre a carga horária de trabalho dos servidores do Poder Legislativo, sobre controle de frequência e determina outras providências.

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições previstas nos incisos II e XII do artigo 18 da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005,

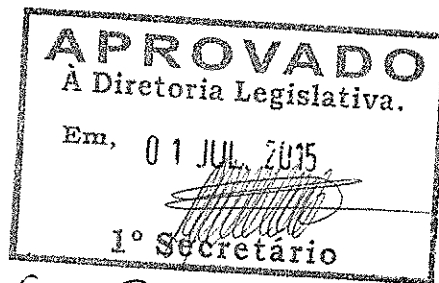
R E S O L V E:

Art. 1º A carga horária de trabalho dos servidores efetivos e comissionados da Assembleia Legislativa fica estabelecida em oito



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE
PONTAL DO PARANÁ

REQUERIMENTO



Excelentíssimo Senhor Presidente.

Com Ressalva da
SUSPENSÃO de CONTA -
Gm Período 17 a 31/7/15

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no artigo 36, parágrafo 3º, do Regimento Interno, comparecem perante Vossa Excelência para REQUERER, após ouvido o douto Plenário na Quinta Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura, a dilação do prazo de vigência desta Comissão, criada pelo Ato da Presidência nº 14/2014, por mais sessenta (60) dias.

Requer ainda, que a suspensão da contagem de prazo durante o período de 17 a 31 de julho de 2015 referentes ao recesso parlamentar.

Justifica-se o presente requerimento, no fato de a Comissão Parlamentar de Inquérito ter um grande número de oitivas já aprovadas de autoria de todos os deputados que integram a Comissão e que ainda não foram realizadas, situação que demandará tempo para que seja procedida uma perfeita análise e organização das informações recebidas, permitindo assim ao Relator e demais membros da presente Comissão, ter tempo razoável para melhor consubstanciar seus posicionamentos.

Sala das Sessões, em 01 de julho de 2.015.

FERNANDO SCANACACA
DEPUTADO ESTADUAL
Presidente

TIAO MEDEIROS
DEPUTADO ESTADUAL
Relator

Prça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gabinete 502 – 5º andar – CEP: 80530-911 – Fone: (41)3350-4252
www.tiaomedeiros.com.br

Arquivo e encaminhamento
para providências
DL 02.107.15

15143 01/07/2015 06:55:20 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às 09:00, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Quinta Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniu-se a Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rush, Hussein Bakari, Nereu Moura e Rasca Rodrigues, com o objetivo de: a) aprovação da ata da quarta reunião ordinária desta Comissão; b) apresentação do Sr. Relator Deputado Tião Medeiros acerca da primeira relação nominal das pessoas a serem convocadas a prestarem informações à Comissão de Inquérito, conforme conforme artigo 37, parágrafo 2º, do Regimento Interno; c) requerimento do Sr. Relator Deputado Tião Medeiros de prorrogação do prazo por mais 60 dias, bem como a suspensão da contagem de prazo durante o recesso parlamentar. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Quarta Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Elio Rush requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Relator, a título de esclarecimento, declarou vencida a primeira etapa, a qual foi requisitada a documentação a todos órgãos e entidades que tinham pertinência com o assunto. Dando sequência aos trabalhos da Comissão, iniciou-se a fase de instrução através da oitiva dos interessados, dos envolvidos e das pessoas que tenham alguma correlação com o assunto. O Sr. Relator sugeriu colocar em votação a convocação de um rol inicial, não exaustivo, de oito pessoas e passou a explicar a razão pela qual irão convocá-los. Primeiramente, o Prefeito de Pontal do Paraná, Sr. Edgar Rossi, por ser autoridade máxima da localidade objeto desta Comissão; por seguinte o Prefeito de Paranaguá, Sr. Edison de Oliveira Kersten, haja visto que as áreas são oriundas do Município de Paranaguá conforme foi apresentado na última reunião pela "Linha do Tempo"; o Procurador Geral do Estado, Sr. Paulo Sérgio Rosso, para que possa apresentar todas as demandas em que o Estado é ou foi litigante, seja do polo ativo ou passivo, que tenham como objeto a área de Pontal do Paraná; o Cartorário do Registro de Imóveis de Pontal, Sr. Jorge Luis Moran, para que ele possa explicar como as matrículas dos imóveis decorrem daquela matrícula original ("matrícula mãe") autorizada por esta casa de leis no ano de

Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gabinete 502 – 5º andar – CEP: 80530-911 – Fone: (41) 3350-4252
www.tiaomedeiros.com.br



ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

1949, que dela decorreram os desmembramentos de todas as demais e, no mesmo sentido, o Cartório do Registro de Imóveis de Paranaguá, Sr. Paulo Eduardo M. Manfredini; o denunciante Sr. Marcio Luiz Gonçalves Kammers, que protocolou nesta Comissão diversos documentos com informações sobre o argumento de que conhece esse episódio e teria relevantes informações a prestar; o Dr. Marcelo Gelbcke, autor de ações populares, que se intitula de proprietário de parte da área; e, por fim, o sócio da Empresa Balneária Pontal do Sul Ltda., Sr. João Carlos Ribeiro, por ser a empresa que tem a suposta propriedade da maior área em litígio dentro das áreas em investigação. Ainda, o Sr. Deputado deixou claro que este rol inicial pode ser complementado a qualquer momento, pois é provável que novos nomes surjam e novas pessoas apareçam como possíveis colaboradores. O Sr. Deputado Nereu Moura pediu a palavra e solicitou ao Sr. Deputado Tião Medeiros que repetisse os nomes a serem convocados, bem como os motivos pelos quais o Sr. Relator baseou sua escolha neles. O Sr. Relator assim o fez. A palavra volta ao Sr. Deputado Nereu que sugere a convocação das empresas que se situam na margem do porto. No terceiro item da ordem do dia, o Sr. Relator pediu para ser colocado em votação o requerimento de prorrogação do prazo e a suspensão da contagem de prazo durante o recesso parlamentar, conforme artigo 36, parágrafo 3º, do Regimento Interno, justificando-se que não haverá tempo hábil para ouvir todas essas pessoas e realizar uma perfeita análise das informações recebidas. O Sr. Presidente toma a palavra para abrir as duas votações, colocando primeiro em discussão os nomes propostos pelo Sr. Relator para que a CPI possa fazer a oitiva dessas pessoas, ficando aprovado de forma unânime. O Sr. Deputado Nereu toma a palavra e sugere que o primeiro convocado seja o denunciante Marcio Luiz Gonçalves Kammers, justificando que ele pode trazer informações passíveis de fundamentar o trabalho da presente Comissão. Sendo assim, o Sr. Presidente coloca em discussão a ordem da vinda dessas pessoas, ficando aprovado por unanimidade que o primeiro convocado a prestar informações será o Sr. Marcio Luiz Gonçalves Kammers. O Sr. Presidente sugere que seja escolhido mais um nome para a oitiva da próxima reunião. O Sr. Deputado Bernardo Carli toma a palavra e sugere que a segunda convocação seja ao Dr. Marcelo Gelbcke, para haver explicações sobre o fundamento das ações públicas. Assim, fica votado de forma unânime que o Dr. Marcelo seja o segundo nome a ser convocado para as oitivas na próxima reunião. Ainda, o Deputado Nereu sugere que devem ser ouvidos em sequência o Procurador Geral do Estado, para trazer um panorama da questão da legalidade e os Prefeitos de Pontal e Paranaguá, do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

ponto de vista da ordem jurídica e legal. Ainda, o Sr. Deputado solicita um procurador para acompanhar a Comissão. O Sr. Relator Tião toma a palavra e pede votação para a inclusão do Presidente do ITCG, Sr. Amilcar Cavalcante Cabral, na lista de convocações, alegando a importância através do fato deste Instituto já ter realizado uma avaliação do zoneamento territorial e demarcação de áreas em litígio. Fica aprovado de forma unânime. O Sr. Deputado Rasca toma a palavra e sugere pedir informações também ao Cartório de Curitiba, pois muitas matrículas de Pontal do Paraná são feitas neste cartório. Em seguida, o Sr. Presidente toma a palavra para colocar em votação o pedido de prorrogação no prazo de 60 dias e a suspensão da contagem de prazo, ficando aprovado de forma unânime. O Sr. Relator Tião Medeiros toma a palavra para requerer o auxílio de servidores desta casa para que possam ajudar na convocação dessas pessoas aqui autorizadas, conforme alude o artigo 37, inciso I, do Regimento Interno. O Sr. Presidente concorda com a palavra do Sr. Deputado Tião Medeiros. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia 07 de julho de 2015 (terça feira), às 09:30 na Sala de Reunião das Comissões. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim Luísa Wendpap, Secretária da Comissão.

Deputado **FERNANDO SCANAVACA**

Presidente

Deputado **BERNARDO CARLI**

Titular

Deputado **ELIO RUSH**

Titular

Deputado **NEREU MOURA**

Titular

Deputado **TIÃO MEDEIROS**

Relator

Deputado **DR. BATISTA**

Titular

Deputado **HUSSEIN BAKRI**

Titular

Deputado **RASCA RODRIGUES**

Titular

Luísa Wendpap
LUÍSA WENDPAP

Secretária da Comissão



Processo Legislativo

Comissões Especiais

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às 09:00, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Quinta Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniu-se a Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rush, Hussein Bakri, Nereu Moura e Rasca Rodrigues, com o objetivo de: a) aprovação da ata da quarta reunião ordinária desta Comissão; b) apresentação do Sr. Relator Deputado Tião Medeiros acerca da primeira relação nominal das pessoas a serem convocadas a prestarem informações à Comissão de Inquérito, conforme artigo 37, parágrafo 2º, do Regimento Interno; c) requerimento do Sr. Relator Deputado Tião Medeiros de prorrogação do prazo por mais 60 dias, bem como a suspensão da contagem de prazo durante o recesso parlamentar. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Quarta Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Elio Rush requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Relator, a título de esclarecimento, declarou vencida a primeira etapa, a qual foi requisitada a documentação a todos órgãos e entidades que tinham pertinência com o assunto. Dando sequência aos trabalhos da Comissão, iniciou-se a fase de instrução através da oitiva dos interessados, dos envolvidos e das pessoas que tenham alguma correlação com o assunto. O Sr. Relator sugeriu colocar em votação a convocação de um rol inicial, não exaustivo, de oito pessoas e passou a explicar a razão pela qual irão convocá-los. Primeiramente, o Prefeito de Pontal do Paraná, Sr. Edgar Rossi, por ser autoridade máxima da localidade objeto desta Comissão; por seguinte o Prefeito de Paranaguá, Sr. Edison de Oliveira Kersten, haja visto que as áreas são oriundas do Município de Paranaguá conforme foi apresentado na última reunião pela "Linha do Tempo"; o Procurador Geral do Estado, Sr. Paulo Sérgio Rosso, para que possa apresentar todas as demandas em que o Estado é ou foi litigante, seja do polo ativo ou passivo, que tenham como objeto a área de Pontal do Paraná; o Cartório do Registro de Imóveis de Pontal, Sr. Jorge Luis Moran, para que ele possa explicar como as matrículas dos imóveis decorrem daquela matrícula original ("matrícula mãe") autorizada por esta casa de leis no ano de 1949, que dela decorreram os desmembramentos de todas as demais e, no mesmo sentido, o Cartório do Registro de Imóveis de Paranaguá, Sr. Paulo Eduardo M. Manfredini; o denunciante Sr. Marcio Luiz Gonçalves Kammers, que protocolou nesta Comissão diversos documentos com informações sobre o argumento de que conhece esse episódio e teria relevantes informações a prestar; o Dr. Marcelo Gelbcke, autor de ações populares, que se entitula de proprietário de parte da área; e, por fim, o sócio da Empresa Balneária Pontal do Sul Ltda., Sr. João Carlos Ribeiro, por ser a empresa que tem a suposta propriedade da maior área em litígio dentro das áreas em investigação. Ainda, o Sr. Deputado deixou claro que este rol inicial pode ser complementado a qualquer momento, pois é provável que novos nomes surjam e novas pessoas apareçam como possíveis colaboradores. O Sr. Deputado Nereu Moura pediu a palavra e solicitou ao Sr. Deputado Tião Medeiros que repetisse os nomes a serem convocados, bem como os motivos pelos quais o Sr. Relator baseou sua escolha neles. O Sr. Relator assim o fez. A palavra volta ao Sr. Deputado Nereu que sugere a convocação das empresas que se situam na margem do porto. No terceiro item da ordem do dia, o Sr. Relator pediu para ser colocado em votação o requerimento de prorrogação do prazo e a suspensão da contagem de prazo durante o recesso parlamentar, conforme artigo 36, parágrafo 3º, do Regimento Interno, justificando-se que não haverá tempo hábil para ouvir todas essas pessoas e realizar uma perfeita análise das informações recebidas. O Sr. Presidente toma a palavra para abrir as duas votações, colocando primeiro em discussão os nomes propostos pelo Sr. Relator para que a CPI possa fazer a oitiva dessas pessoas, ficando aprovado de forma unânime. O Sr. Deputado Nereu toma a palavra e sugere que o primeiro convocado seja o denunciante Marcio Luiz Gonçalves Kammers, justificando que ele pode trazer informações passíveis de fundamentar o trabalho da presente Comissão. Sendo assim, o Sr. Presidente coloca em discussão a ordem da vinda dessas pessoas, ficando aprovado por unanimidade que o primeiro convocado a prestar informações será o Sr. Marcio Luiz Gonçalves Kammers. O Sr. Presidente sugere que seja escolhido mais um nome para a oitiva da próxima reunião. O Sr. Deputado Bernardo Carli toma a palavra e sugere que a segunda convocação seja

ao Dr. Marcelo Gelbcke, para haver explicações sobre o fundamento das ações públicas. Assim, fica votado de forma unânime que o Dr. Marcelo seja o segundo nome a ser convocado para as oitivas na próxima reunião. Ainda, o Deputado Nereu sugere que devem ser ouvidos em sequência o Procurador Geral do Estado, para trazer um panorama da questão da legalidade e os Prefeitos de Pontal e Paranaguá, do ponto de vista da ordem jurídica e legal. Ainda, o Sr. Deputado solicita um procurador para acompanhar a Comissão. O Sr. Relator Tião toma a palavra e pede votação para a inclusão do Presidente do ITCG, Sr. Amílcar Cavalcante Cabral, na lista de convocações, alegando a importância através do fato deste Instituto já ter realizado uma avaliação do zoneamento territorial e demarcação de áreas em litígio. Fica aprovado de forma unânime. O Sr. Deputado Rasca toma a palavra e sugere pedir informações também ao Cartório de Curitiba, pois muitas matrículas de Pontal do Paraná são feitas neste cartório. Em seguida, o Sr. Presidente toma a palavra para colocar em votação o pedido de prorrogação no prazo de 60 dias e a suspensão da contagem de prazo, ficando aprovado de forma unânime. O Sr. Relator Tião Medeiros toma a palavra para requerer o auxílio de servidores desta casa para que possam ajudar na convocação dessas pessoas aqui autorizadas, conforme alude o artigo 37, inciso I, do Regimento Interno. O Sr. Presidente concorda com a palavra do Sr. Deputado Tião Medeiros. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia 07 de julho de 2015 (terça-feira), às 09:30 na Sala de Reunião das Comissões. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim Luísa Wendpap, Secretária da Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado BERNARDO CARLI

Titular

Deputado ELIO RUSH

Titular

Deputado NEREU MOURA

Titular

Deputado TIÃO MEDEIROS

Relator

Deputado DR. BATISTA

Titular

Deputado HUSSEIN BAKRI

Titular

Deputado RASCA RODRIGUES

Titular

LUÍSA WENDPAP

Secretária da Comissão

55899/2015

Diretoria Legislativa

PROTOCOLO nº: 9180/2015

AUTOR: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ASSUNTO: Comunicação de suspensão, em sede liminar, com efeito ex tunc, da eficácia da Lei estadual nº18.293, de 6 de novembro de 2014, do Estado do Paraná.

1. Tendo em vista a decisão proferida em 18 de junho de 2015, pelo Supremo Tribunal Federal em Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº5.327, impetrada pela Associação Nacional das Operadoras Celulares - ACEL, onde foi deferido o pedido liminar para suspender, com efeito ex tunc, a eficácia da Lei estadual nº18.293, de 6 de novembro de 2014, do Estado do Paraná, anote-se no sistema de informações da Casa.

2. Publique-se.

3. Estando a Procuradoria Geral da Casa



**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE
PONTAL DO PARANÁ**

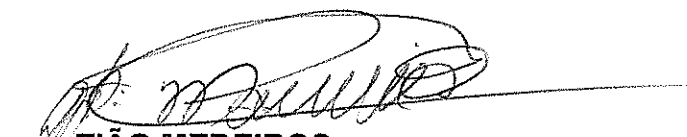
Ofício nº 019/2015

Ao Diretor Legislativo, Senhor Dylliardi Alessi.

Conforme requerimento feito verbalmente, seguem em anexo a ata de instalação da referida Comissão e as atas referentes a segunda, terceira e quarta reunião ordinária, todas publicadas no Diário Oficial da Assembleia. Ainda, seguem os ofícios expedidos pela Comissão: nº 001/2015, nº 002/2015, nº 003/2015, nº 004/2015, nº 005/2015, nº 006/2015, nº 007/2015, nº 007/2015, nº 008/2015, nº 009/2015, nº 010/2015, nº 011/2015, nº 012/2015, nº 013/2015, nº 014/2015, nº 015/2015, nº 016/2015 e nº 018/2015, bem como as respectivas respostas recebidas.

Curitiba, em 06 de julho de 2.015.

CERTIFICO QUE
DESEMPENHEI E ANEXEI AO
PROCOLO 9169/2015, MINISTÉRIO
PUBLICO EM 07 DE JULHO DE 2015.
FRAZEDOR F. S. KOWAN
09/07/2015.


TIÃO MEDEIROS
DEPUTADO ESTADUAL
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às 09:30, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Sexta Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniu-se a Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rush, Guto Silva, Hussein Bakari, Nereu Moura e Rasca Rodrigues, com o objetivo de: a) aprovação da ata da quinta reunião ordinária desta Comissão; b) realização da oitiva dos Senhores Marcio Luiz Gonçalves Kammers e Marcelo Gelbcke afim de prestarem informações à Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Quinta Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Sr. Marcio Luiz Gonçalves Kammers. Em seguida, o Sr. Marcio assinou o termo de compromisso, comprometendo-se a dizer a verdade do que souber ou sobre o que lhe for perguntado, sob a advertência de incorrer na sanção penal de quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade, podendo ser processado e preso pelo crime de falso testemunho, conforme art. 342 do Código Penal. O Presidente informou ainda que a colaboração para a elucidação dos fatos certamente teria efeito nas conclusões da CPI. A palavra é passada ao Sr. Relator que dá início as perguntas. O Sr. Marcelo relatou acerca do que conhece sobre o objeto dessa CPI, afirmando já ter protocolado diversos documentos junto a Casa e também já ter ajuizado diversas ações populares no que tange as áreas objeto desta Comissão. Em seguida, o Sr. Kammers afirma que existem diversos crimes e conluíus entre Procurador Federal, Procurador Estadual, Procuradores da Prefeitura, Prefeito de Pontal e Prefeito de Paranaguá. Assegura, ainda, que não houve cumprimento da Lei Estadual de 1949 e seus respectivos encargos. O Sr. Márcio traz a informação sobre um mandado de segurança impetrado pela Prefeitura de Paranaguá contra a presente Comissão no dia 29 de junho do presente ano. O Sr. Marcio informou sobre a questão de descontos referentes ao IPTU por uma Lei criada pelo ex-prefeito de Pontal, o Sr. Rudisney Gimenes. Além disso, trouxe a informação de que uma de suas ações teve como sentença o bloqueio de terras referentes à transcrição 6.624, porém o Cartório de Paranaguá



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

abriu uma matrícula nova de número 58.351, datada de 12 de março de 2015. Inquiriram o depoente os Deputados Nereu Moura, Hussein Bakri, Rasca Rodrigues e Bernardo Carli. O Sr. Presidente toma a palavra para saber se o Sr. Marcelo Gelbecke está presente, porém este não compareceu e não justificou sua falta, sendo assim, fica acordado que será expedida nova convocação. Dando continuidade aos trabalhos, ficou votado de forma unânime que os próximos a serem convocados para a oitava serão: Sr. Presidente do ITCG, Sr. Amílcar Cavalcante Cabral, o Procurador Geral do Estado, Sr. Paulo Sérgio Rosso e o Ex-Prefeito de Pontal do Paraná, Sr. Rudisney Gimenes. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia 14 de julho de 2015 (terça feira), às 09:00 na Sala de Reunião das Comissões. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim Luísa Wendpap, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos arquivos dessa Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado BERNARDO CARLI

Titular

Deputado ELIO RUSH

Titular

Deputado HUSSEIN BAKRI

Titular

Deputado RASCA RODRIGUES

Titular

Deputado TIAO MEDEIROS

Relator

Deputado DR. BATISTA

Titular

Deputado GUTO SILVA

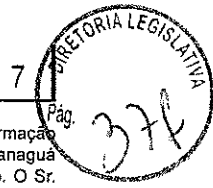
Titular

Deputado NEREU MOURA

Titular

LUISA WENDPAP

Secretária da Comissão



agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da Comissão.

DEP. NEREU MOURA
Presidente

ANA BEATRIZ S. DO PRADO
Secretária

58256/2015

18ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, reuniu-se na sala de Reunião da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Orçamento, sob a Presidência do Senhor Deputado NEREU MOURA, com as presenças dos Senhores Deputados, ELIO RUSCH, FRANCISCO BUHRER, Missionário RICARDO ARRUDA, CRISTINA SILVESTRI, RASCA RODRIGUES E NELSON LUERSEN membros da Comissão. Verificado existência de quorum, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Reunião, solicitando a Secretária da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Elio Rusch pediu dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. Havendo número legal, a Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI Nº 283/15 de autoria do PODER EXECUTIVO – Mensagem Nº 017/15, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016. Abrindo o seu parecer o Deputado Relator Elio Rusch fez um amplo relato dos trabalhos da comissão, e que foram apresentadas 26 emendas ao Projeto, sendo que 20 (vinte) emendas foram acatadas, 5 (cinco) emendas rejeitadas e 1 (uma) retirada pelo autor. Antes da votação de seu parecer o Deputado Elio Rusch, agradeceu a secretária e técnica da Comissão de Orçamento pelo empenho com que elaborou os trabalhos da mesma. O Presidente colocou, então, em votação o Parecer do Deputado Elio Rusch, os membros da Comissão deram parecer FAVORÁVEL – APROVADO na forma de Substitutivo Geral. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

DEP. NEREU MOURA
Presidente

ANA BEATRIZ S. DO PRADO
Secretária

58257/2015

Comissões Especiais

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às 09:30, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Sexta Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniu-se a Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rush, Guto Silva, Hussein Bakari, Nereu Moura e Rasca Rodrigues, com o objetivo de: a) aprovação da ata da quinta reunião ordinária desta Comissão; b) realização da oitiva dos Senhores Marcio Luiz Gonçalves Kammers e Marcelo Gelbcke afim de prestarem informações à Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Quinta Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Sr. Marcio Luiz Gonçalves Kammers. Em seguida, o Sr. Marcio assinou o termo de compromisso, comprometendo-se a dizer a verdade do que souber ou sobre o que lhe for perguntado, sob a advertência de incorrer na sanção penal de quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade, podendo ser processado e preso pelo crime de falso testemunho, conforme art. 342 do Código Penal. O Presidente informou ainda que a colaboração para a elucidação dos fatos certamente teria efeito nas conclusões da CPI. A palavra é passada ao Sr. Relator que dá início as perguntas. O Sr. Marcelo relatou acerca do que conhece sobre o objeto dessa CPI, afirmando já ter protocolado diversos documentos junto a Casa e também já ter ajuizado diversas ações populares no que tange as áreas objeto desta Comissão. Em seguida, o Sr. Kammers afirma que existem diversos crimes e conluios entre Procurador Federal, Procurador Estadual, Procuradores da Prefeitura, Prefeito de Pontal e Prefeito de Paranaguá. Assegura, ainda, que não houve cumprimento da Lei Estadual

de 1949 e seus respectivos encargos. O Sr. Márcio traz a informação sobre um mandado de segurança impetrado pela Prefeitura de Paranaguá contra a presente Comissão no dia 29 de junho do presente ano. O Sr. Marcio informou sobre a questão de descontos referentes ao IPTU por uma Lei criada pelo ex-prefeito de Pontal, o Sr. Rudisney Gimenes. Além disso, trouxe a informação de que uma de suas ações teve como sentença o bloqueio de terras referentes à transcrição 6.624, porém o Cartório de Paranaguá abriu uma matrícula nova de número 58.351, datada de 12 de março de 2015. Inquiriram o depoente os Deputados Nereu Moura, Hussein Bakri, Rasca Rodrigues e Bernardo Carli. O Sr. Presidente toma a palavra para saber se o Sr. Marcelo Gelbecke está presente, porém este não compareceu e não justificou sua falta, sendo assim, fica acordado que será expedida nova convocação. Dando continuidade aos trabalhos, ficou votado de forma unânime que os próximos a serem convocados para a oitiva serão: Sr. Presidente do ITCG, Sr. Amílcar Cavalcante Cabral, o Procurador Geral do Estado, Sr. Paulo Sérgio Rosso e o Ex-Prefeito de Pontal do Paraná, Sr. Rudisney Gimenes. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia 14 de julho de 2015 (terça-feira), às 09:00 na Sala de Reunião das Comissões. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim Luísa Wendpap, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos arquivos dessa Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado BERNARDO CARLI

Titular

Deputado ELIO RUSH

Titular

Deputado HUSSEIN BAKRI

Titular

Deputado RASCA RODRIGUES

Titular

Deputado TIÃO MEDEIROS

Relator

Deputado DR. BATISTA

Titular

Deputado GUTO SILVA

Titular

Deputado NEREU MOURA

Titular

LUÍSA WENDPAP

Secretária da Comissão

58266/2015

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às 09:00, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Sétima Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniu-se a Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rush, Guto Silva, Hussein Bakari, Nereu Moura e Rasca Rodrigues, com o objetivo de: a) aprovação da ata da sexta reunião ordinária desta Comissão; b) realização da oitiva dos Senhores Paulo Sérgio Rosso, Procurador Geral do Estado do Paraná; Amílcar Cavalcante Cabral, Diretor-Presidente do ITCG; e Rudisney Gimenes, ex Prefeito de Pontal do Paraná afim de prestarem informações à Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Sexta Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Dr. Batista requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Sr. Paulo Sérgio Rosso. Em seguida, o Dr. Paulo Rosso assinou o termo de compromisso, comprometendo-se a dizer a verdade do que souber ou sobre o que lhe for perguntado, sob a advertência de incorrer na sanção penal de quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade, podendo ser processado e preso pelo crime de falso testemunho, conforme art. 342 do Código Penal e art. 4º da Lei Federal 1.579 de 1952. O Presidente informou ainda que a colaboração para a elucidação dos fatos certamente teria efeito nas conclusões da CPI. A palavra é passada ao Sr. Relator que dá início as perguntas. O Sr. Paulo Rosso relatou acerca do que conhece sobre o objeto dessa CPI e trouxe cinco ações das quais o Estado de alguma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às 09:00, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Sétima Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniu-se a Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rush, Guto Silva, Hussein Bakari, Nereu Moura e Rasca Rodrigues, com o objetivo de: a) aprovação da ata da sexta reunião ordinária desta Comissão; b) realização da oitava dos Senhores Paulo Sérgio Rosso, Procurador Geral do Estado do Paraná; Amilcar Cavalcante Cabral, Diretor-Presidente do ITCG; e Rudisney Gimenes, ex Prefeito de Pontal do Paraná afim de prestarem informações à Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Sexta Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Dr. Batista requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Sr. Paulo Sérgio Rosso. Em seguida, o Dr. Paulo Rosso assinou o termo de compromisso, comprometendo-se a dizer a verdade do que souber ou sobre o que lhe for perguntado, sob a advertência de incorrer na sanção penal de quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade, podendo ser processado e preso pelo crime de falso testemunho, conforme art. 342 do Código Penal e art. 4º da Lei Federal 1.579 de 1952. O Presidente informou ainda que a colaboração para a elucidação dos fatos certamente teria efeito nas conclusões da CPI. A palavra é passada ao Sr. Relator que dá início as perguntas. O Sr. Paulo Rosso relatou acerca do que conhece sobre o objeto dessa CPI e trouxe cinco ações das quais o Estado de alguma forma tem interesse: três ações de usucapião, ação de desapropriação indireta e ação anulatória, a qual entende ser a mais importante para o presente objeto desta Comissão. Ainda, alega que diretamente ligado ao Estado está a Lei Estadual nº 249 de 1949, a qual o Dr. não vê nenhuma irregularidade. Em relação aos outros fatos, não faz nenhuma afirmação, pois ainda espera a fase probatória da ação anulatória para ter melhores informações sobre o objeto. Inquiriram o depoente os Deputados Nereu Moura, Hussein Bakri e Rasca Rodrigues. Ficou ressaltado o protocolo realizado pela Comissão requerendo um Procurador do Estado para acompanhar a mesma. O Dr. Rosso afirmou que tomará providências

Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gabinete 502 – 5º andar – CEP: 80530-911 – Fone: (41)3350-4252
www.tiaomedeiros.com.br

R *Lu*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

em relação a isso e sugere a convocação da Procuradora de Paranaguá, Dra. Glaucia Rodrigues afim de ter informações mais aprofundadas sobre o objeto da Comissão. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Sr. Almicar Cavalcante Cabral que assim o fez e assinou o termo de compromisso perante a Comissão. O Relator Tião Medeiros tomou a palavra para iniciar as perguntas. O Sr. Almicar relatou ter conhecimento de parte da história e trouxe as premissas que o ITCG adota para fazer a demarcação territorial. O mapa trazido no ofício de resposta do ITCG nomeado de "Situação Dominial (Ilustração gráfica - localizações aproximadas) Paranaguá (parte) e Pontal do Paraná ITC/DITER, Março 2013" foi feito para atender ao pedido da Empresa Subsea que queria se instalar em Pontal e tinha licença para isso. Porém a área não comportava um empreendimento daquela plenitude, com isso resolveram fazer um levantamento fundiário da região, quando percebeu-se que apenas uma pessoa era proprietária de uma vasta área da região. Foi feita uma consulta informal com a Procuradoria Geral do Estado para saber se havia possibilidade de reverter esse imóvel e a resposta recebida foi de que essa possibilidade havia prescrito. O Sr. Amilcar afirmou também que nunca houve medição da área total da doação realizada pela Lei Estadual n. 249, ressaltando que uma das condições da lei era a realização da medição da área por parte do Município. Alega, ainda, que as 148 famílias que existiam à época da Lei não foram objeto de regularização por parte da Empresa Balneária e não há cadastros atuais destas famílias. Inquiriram o depoente os Deputados Nereu Moura e Rasca Rodrigues. O Sr. Amilcar se colocou inteiramente a disposição da Comissão justificando que a esse situação é prejudicial ao desenvolvimento do Estado do Paraná e do Município de Pontal do Sul. O Dr. Rasca Rodrigues sugere a expedição de um ofício ao ITCG requerendo medição da área conforme as descrições impostas pela Lei Estadual nº 249 referente aos 3 mil hectares, a área conforme a Transcrição nº 6.624, a área atual de propriedade da Empresa Balnearia Pontal do Sul Ltda., e a área delimitada para o futuro porto. Colocado em votação, ficou aprovado de forma unânime. O Sr. Presidente Fernando Scanavaca toma a palavra e convida o Sr. Rudisney Gimenes a tomar assento à mesa que assim o fez e assinou o termo de compromisso perante a Comissão. Passa a palavra ao Deputado Tião Medeiros para conduzir as perguntas. Primeiramente, o Sr. Rudisney se coloca a disposição para trazer quaisquer documentos necessários à Comissão. Depois passa a relatar sobre o que o motivou a criar da Lei Municipal nº 842 de 25 de fevereiro de 2008, explicando a

Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gabinete 502 – 5º andar – CEP: 80530-911 – Fone: (41)3350-4252
www.tiaomedeiros.com.br

R lw



ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

questão de imóveis que não podiam ser edificadas e queriam ser doados ao Estado. O ex prefeito frisa que a Lei de desconto foi feita para atender a preservação ambiental e as necessidades do Município de Pontal. O Sr. Deputado Rasca sugere a expedição de um ofício para a obter informações de quem solicitou os descontos, quem efetivamente os teve e as matrículas que se beneficiaram da Lei nº 842 de 25 de fevereiro de 2008. Além disso, destacar a ordem cronológica dos protocolos e a ordem dos deferimentos. Colocado em votação, ficou aprovado de forma unânime. A palavra volta ao Sr. Gimenes que faz colocações acerca do denunciante Marcio Kammers, inclusive dele ser uma pessoa desequilibrada. Informa ainda sobre a realocação feita pela Empresa Balneária das pessoas da área do Maciel para uma vila de pescadores. Inquiriram o depoente os Deputados Rasca Rodrigues e Bernardo Ribas Carli. O Sr. Deputado Rasca sugere a convocação de um pescador realocado para trazer informações junto à Comissão. Sugere também a expedição de um ofício para juntar documentação do registro de imóveis sobre as áreas do Balneário Atami, Techint, Odebrecht, New Port, Itatiaia, Transela entre outros. Encerrada a oitava da sétima reunião, dando continuidade aos trabalhos, ficou votado de forma unânime que os próximos a serem convocados serão o atual Prefeito de Pontal, Edgar Rossi e os Cartorários de Paranaguá e Pontal do Paraná. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia 04 de agosto de 2015 (terça feira), às 09:30 na Sala de Reunião das Comissões. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim Luísa Wendpap, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA
Presidente

Deputado BERNARDO CARLI
Titular

Deputado ELIO RUSH
Titular

Deputado TIAO MEDEIROS
Relator

Deputado DR. BATISTA
Titular

Deputado GUTO SILVA
Titular



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA**

Deputado HUSSEIN BAKRI

Titular

Deputado RASCA RODRIGUES

Titular

Deputado NEREU MOURA

Titular

LUISA WENDPAP

Secretária da Comissão

agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da Comissão.

DEP. NEREU MOURA
Presidente

ANA BEATRIZ S. DO PRADO
Secretária

58256/2015

18ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, reuniu-se na sala de Reunião da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Orçamento, sob a Presidência do Senhor Deputado NEREU MOURA, com as presenças dos Senhores Deputados, ELIO RUSCH, FRANCISCO BUHRER, Missionário RICARDO ARRUDA, CRISTINA SILVESTRI, RASCA RODRIGUES E NELSON LUERSEN membros da Comissão. Verificado existência de quorum, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Reunião, solicitando a Secretária da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Elio Rusch pediu dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. Havendo número legal, a Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI Nº 283/15 de autoria do PODER EXECUTIVO – Mensagem Nº 017/15, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016. Abrindo o seu parecer o Deputado Relator Elio Rusch fez um amplo relato dos trabalhos da comissão, e que foram apresentadas 26 emendas ao Projeto, sendo que 20 (vinte) emendas foram acatadas, 5 (cinco) emendas rejeitadas e 1 (uma) retirada pelo autor. Antes da votação de seu parecer o Deputado Elio Rusch, agradeceu a secretária e técnica da Comissão de Orçamento pelo empenho com que elaborou os trabalhos da mesma. O Presidente colocou, então, em votação o Parecer do Deputado Elio Rusch, os membros da Comissão deram parecer FAVORÁVEL – APROVADO na forma de Substitutivo Geral. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

DEP. NEREU MOURA
Presidente

ANA BEATRIZ S. DO PRADO
Secretária

58257/2015

Comissões Especiais

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às 09:30, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Sexta Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniu-se a Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rush, Guto Silva, Hussein Bakri, Nereu Moura e Rasca Rodrigues, com o objetivo de: a) aprovação da ata da quinta reunião ordinária desta Comissão; b) realização da oitava dos Senhores Marcio Luiz Gonçalves Kammers e Marcelo Gelbcke afim de prestarem informações à Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Quinta Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Sr. Marcio Luiz Gonçalves Kammers. Em seguida, o Sr. Marcio assinou o termo de compromisso, comprometendo-se a dizer a verdade do que souber ou sobre o que lhe for perguntado, sob a advertência de incorrer na sanção penal de quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade, podendo ser processado e preso pelo crime de falso testemunho, conforme art. 342 do Código Penal. O Presidente informou ainda que a colaboração para a elucidação dos fatos certamente teria efeito nas conclusões da CPI. A palavra é passada ao Sr. Relator que dá início as perguntas. O Sr. Marcelo relatou acerca do que conhece sobre o objeto dessa CPI, afirmando já ter protocolado diversos documentos junto a Casa e também já ter ajuizado diversas ações populares no que tange as áreas objeto desta Comissão. Em seguida, o Sr. Kammers afirma que existem diversos crimes e conluios entre Procurador Federal, Procurador Estadual, Procuradores da Prefeitura, Prefeito de Pontal e Prefeito de Paranaguá. Assegura, ainda, que não houve cumprimento da Lei Estadual

de 1949 e seus respectivos encargos. O Sr. Marcio traz a informação sobre um mandado de segurança impetrado pela Prefeitura de Paranaguá contra a presente Comissão no dia 29 de junho do presente ano. O Sr. Marcio informou sobre a questão de descontos referentes ao IPTU por uma Lei criada pelo ex-prefeito de Pontal, o Sr. Rudisney Gimenes. Além disso, trouxe a informação de que uma de suas ações teve como sentença o bloqueio de terras referentes à transcrição 6.624, porém o Cartório de Paranaguá abriu uma matrícula nova de número 58.351, datada de 12 de março de 2015. Inquiriram o depoente os Deputados Nereu Moura, Hussein Bakri, Rasca Rodrigues e Bernardo Carli. O Sr. Presidente toma a palavra para saber se o Sr. Marcelo Gelbecke está presente, porém este não compareceu e não justificou sua falta, sendo assim, fica acordado que será expedida nova convocação. Dando continuidade aos trabalhos, ficou votado de forma unânime que os próximos a serem convocados para a oitava serão: Sr. Presidente do ITCG, Sr. Amílcar Cavalcante Cabral, o Procurador Geral do Estado, Sr. Paulo Sérgio Rosso e o Ex-Prefeito de Pontal do Paraná, Sr. Rudisney Gimenes. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia 14 de julho de 2015 (terça-feira), às 09:00 na Sala de Reunião das Comissões. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim Luísa Wendpap, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos arquivos dessa Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado BERNARDO CARLI

Titular

Deputado ELIO RUSH

Titular

Deputado HUSSEIN BAKRI

Titular

Deputado RASCA RODRIGUES

Titular

Deputado TIÃO MEDEIROS

Relator

Deputado DR. BATISTA

Titular

Deputado GUTO SILVA

Titular

Deputado NEREU MOURA

Titular

LUÍSA WENDPAP

Secretária da Comissão

58266/2015

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às 09:00, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Sétima Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniu-se a Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rush, Guto Silva, Hussein Bakri, Nereu Moura e Rasca Rodrigues, com o objetivo de: a) aprovação da ata da sexta reunião ordinária desta Comissão; b) realização da oitava dos Senhores Paulo Sérgio Rosso, Procurador Geral do Estado do Paraná, Amílcar Cavalcante Cabral, Diretor-Presidente do ITCG, e Rudisney Gimenes, ex-Prefeito de Pontal do Paraná afim de prestarem informações à Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Sexta Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Dr. Batista requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Sr. Paulo Sérgio Rosso. Em seguida, o Dr. Paulo Rosso assinou o termo de compromisso, comprometendo-se a dizer a verdade do que souber ou sobre o que lhe for perguntado, sob a advertência de incorrer na sanção penal de quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade, podendo ser processado e preso pelo crime de falso testemunho, conforme art. 342 do Código Penal e art. 4º da Lei Federal 1.579 de 1952. O Presidente informou ainda que a colaboração para a elucidação dos fatos certamente teria efeito nas conclusões da CPI. A palavra é passada ao Sr. Relator que dá início as perguntas. O Sr. Paulo Rosso relatou acerca do que conhece sobre o objeto dessa CPI e trouxe cinco ações das quais o Estado de alguma



forma tem interesse: três ações de usucapião, ação de desapropriação indireta e ação anulatória, a qual entende ser a mais importante para o presente objeto desta Comissão. Ainda, alega que diretamente ligado ao Estado está a Lei Estadual nº 249 de 1949, a qual o Dr. não vê nenhuma irregularidade. Em relação aos outros fatos, não faz nenhuma afirmação, pois ainda espera a fase probatória da ação anulatória para ter melhores informações sobre o objeto. Inquiriram o depoente os Deputados Nereu Moura, Hussein Bakri e Rasca Rodrigues. Ficou ressaltado o protocolo realizado pela Comissão requerendo um Procurador do Estado para acompanhar a mesma. O Dr. Rosso afirmou que tomará providências em relação a isso e sugere a convocação da Procuradora de Paranaguá, Dra. Gláucia Rodrigues afim de ter informações mais aprofundadas sobre o objeto da Comissão. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Sr. Almicar Cavalcante Cabral que assim o fez e assinou o termo de compromisso perante a Comissão. O Relator Tião Medeiros tomou a palavra para iniciar as perguntas. O Sr. Almicar relatou ter conhecimento de parte da história e trouxe as premissas que o ITCG adota para fazer a demarcação territorial. O mapa trazido no ofício de resposta do ITCG nomeado de "Situação Dominial (Ilustração gráfica - localizações aproximadas) Paranaguá (parte) e Pontal do Paraná ITC/DITER, Março 2013" foi feito para atender ao pedido da Empresa Subsea que queria se instalar em Pontal e tinha licença para isso. Porém a área não comportava um empreendimento daquela plenitude, com isso resolveram fazer um levantamento fundiário da região, quando percebeu-se que apenas uma pessoa era proprietária de uma vasta área da região. Foi feita uma consulta informal com a Procuradoria Geral do Estado para saber se havia possibilidade de reverter esse imóvel e a resposta recebida foi de que essa possibilidade havia prescrito. O Sr. Amílcar afirmou também que nunca houve medição da área total da doação realizada pela Lei Estadual n. 249, ressaltando que uma das condições da lei era a realização da medição da área por parte do Município. Alega, ainda, que as 148 famílias que existiam à época da Lei não foram objeto de regularização por parte da Empresa Balneária e não há cadastros atuais destas famílias. Inquiriram o depoente os Deputados Nereu Moura e Rasca Rodrigues. O Sr. Amílcar se colocou inteiramente a disposição da Comissão justificando que a esse situação é prejudicial ao desenvolvimento do Estado do Paraná e do Município de Pontal do Sul. O Dr. Rasca Rodrigues sugere a expedição de um ofício ao ITCG requerendo medição da área conforme as descrições impostas pela Lei Estadual nº 249 referente aos 3 mil hectares, a área conforme a Transcrição nº 6.624, a área atual de propriedade da Empresa Balneária Pontal do Sul Ltda., e a área delimitada para o futuro porto. Colocado em votação, ficou aprovado de forma unânime. O Sr. Presidente Fernando Scanavaca toma a palavra e convida o Sr. Rudisney Gimenes a tomar assento à mesa que assim o fez e assinou o termo de compromisso perante a Comissão. Passa a palavra ao Deputado Tião Medeiros para conduzir as perguntas. Primeiramente, o Sr. Rudisney se coloca a disposição para trazer quaisquer documentos necessários à Comissão. Depois passa a relatar sobre o que o motivou a criar da Lei Municipal nº 842 de 25 de fevereiro de 2008, explicando a questão de imóveis que não podiam ser edificados e queriam ser doados ao Estado. O ex prefeito frisa que a Lei de desconto foi feita para atender a preservação ambiental e as necessidades do Município de Pontal. O Sr. Deputado Rasca sugere a expedição de um ofício para a obter informações de quem solicitou os descontos, quem efetivamente os teve e as matrículas que se beneficiaram da Lei nº 842 de 25 de fevereiro de 2008. Além disso, destacar a ordem cronológica dos protocolos e a ordem dos deferimentos. Colocado em votação, ficou aprovado de forma unânime. A palavra volta ao Sr. Gimenes que faz colocações acerca do denunciante Marcio Kamers, inclusive dele ser uma pessoa desequilibrada. Informa ainda sobre a realocação feita pela Empresa Balneária das pessoas da área do Maciel para uma vila de pescadores. Inquiriram o depoente os Deputados Rasca Rodrigues e Bernardo Ribas Carli. O Sr. Deputado Rasca sugere a convocação de um pescador realocado para trazer informações junto à Comissão. Sugere também a expedição de um ofício para juntar documentação do registro de imóveis sobre as áreas do Balneário Atami, Techint, Odebrecht, New Port, Itatiaia, Transela entre outros. Encerrada a oitava da sétima reunião, dando continuidade aos trabalhos, ficou votado de forma unânime que os próximos a serem convocados serão o atual Prefeito de Pontal, Edgar Rossi e os Cartorários de Paranaguá e Pontal do Paraná. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia 04 de agosto de 2015 (terça-feira), às 09:30 na Sala de Reunião das Comissões. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim Luísa Wendpap, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado BERNARDO CARLI

Titular

Deputado ELIO RUSH

Titular

Deputado TIÃO MEDEIROS

Relator

Deputado DR. BATISTA

Titular

Deputado GUTO SILVA

Titular

Deputado HUSSEIN BAKRI

Titular

Deputado RASCA RODRIGUES

Titular

Deputado NEREU MOURA

Titular

LUÍSA WENDPAP

Secretária da Comissão

58267/2015

Publicações Administrativas

Atos de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 516/2015

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, com base no que dispõe no Decreto Legislativo nº 52, de 27 de março de 1984, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9.430, de 2015,

RESOLVE:

Dispensar da Coordenadoria de Assessoramento Técnico Legislativo, o servidor MAURO BAHK, Matrícula nº 40.307, lotado na Diretoria Legislativa, a partir de 6 de julho de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 10 de julho de 2015.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 517/2015

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei Estadual nº 3.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9.317, de 2015,

RESOLVE:

Comunicar que ANDRÉA URBAN RICCI, Matrícula nº 617, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na Diretoria Legislativa, estará em gozo de férias referente ao exercício 2014, a partir de 15/07/2015 até 13/08/2015, com o pagamento da gratificação referente ao terço de férias em julho de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 10 de julho de 2015.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 518/2015

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei Estadual nº 3.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o que



ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 09:30, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Oitava Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniu-se a Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rush, Guto Silva, Hussein Bakri e Nereu Moura com o objetivo de: a) aprovação da ata da sétima reunião ordinária desta Comissão, com convalidação da publicação efetuada no Diário Oficial da Assembleia n. 105 do dia 14 de julho de 2015; b) realização da oitava dos Senhores Jorge Luis Moran, Cartorário do Registro de Imóveis de Pontal do Paraná e Edgar Rossi, Prefeito de Pontal do Paraná. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Sétima Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Hussein Bakri requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Sr. Edgar Rossi. Em seguida, o depoente assinou o termo de compromisso, comprometendo-se a dizer a verdade do que souber ou sobre o que lhe for perguntado, sob a advertência de incorrer na sanção penal de quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade, podendo ser processado e preso pelo crime de falso testemunho, conforme art. 342 do Código Penal e art. 4º da Lei Federal 1.579 de 1952. O Presidente informou ainda que a colaboração para a elucidação dos fatos certamente teria efeito nas conclusões da CPI. A palavra é passada ao Sr. Relator que deu início as perguntas. O Sr. Edgar Rossi, informou, em resumo, não ter conhecimento do objeto da CPI; que impetrou o mandado de segurança em face da Assembleia Legislativa em prol da comunidade de Pontal, preocupado com a nulidade da matrícula do imóvel que ocupa metade da cidade; em relação ao Plano Diretor, afirmou estar em fase final de tramitação legislativa esperando parecer do COLIT e Decreto do Governador; afirmou ter recebido descontos do IPTU; e, por fim, esclareceu não ter amizade íntima com o Sr. João Carlos Ribeiro, e não ter conhecimento do contrato entre o Município e a Empresa Balneária Pontal do Sul Ltda. Inquiriram o depoente os Deputados Fernando Scanavaca, Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rush, Guto Silva, Hussein Bakari e Nereu Moura. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa



ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

o Senhor Jorge Luis Moran, que assim o fez e assinou o termo de compromisso perante a Comissão. O Relator Tião Medeiros tomou a palavra para iniciar as perguntas, seguida pelos demais membros presentes. O Sr. Jorge Moran informou que até 1998 os registros referentes a Pontal do Paraná eram efetuados no Cartório de Paranaguá e depois passaram a ser realizados no Cartório de Matinhos até 2012, quando iniciaram os registros no Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná; afirmou não ter conhecimento a respeito da decisão da Justiça Estadual que vedou a expedição de qualquer nova matrícula a partir da transcrição n. 6624 e n.6595; trouxe a informação de que as averbações continuam sendo feitas no cartório de origem, ou seja, Paranaguá, e somente passam a ser feitos no cartório de Pontal quando é feito um registro, uma compra e venda, uma doação. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia 11 de agosto de 2015, às 09:00 na Sala de Reunião das Comissões. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim Luísa Wendpap, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado BERNARDO CARLI

Titular

Deputado ELIO RUSH

Titular

Deputado HUSSEIN BAKRI

Titular

Deputado TIAO MEDEIROS

Relator

Deputado DR. BATISTA

Titular

Deputado GUTO SILVA

Titular

Deputado NEREU MOURA

Titular

LUÍSA WENDPAP

Secretária da Comissão

pesar às famílias pelo falecimento: do Sr. Jaime Rodrigues França, ocorrido em 4/8/2015; do Sr. Ney Carlos Nardino Filho, ocorrido em 4/8/2015; do Sr. José Olímpio Ramos, ocorrido em 2/8/2015; do Sr. Sérgio Pinheiro, ocorrido em 30/7/2015; e da Sra. Irlanda Casagrande, ocorrido em 31/7/2015; **Requerimento nº 4.398/2015**, do Deputado Professor Lemos, para o registro de votos de pesar à família pelo falecimento da Professora Maria José Teixeira, ocorrido em 5/8/2015; **Requerimentos nºs 4.402 a 4.409/2015**, do Deputado Bernardo Ribas Carli, para envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento: da Sra. Marieta Garrozi; da Sra. Juraci Borges; do Sr. Joel de Jesus Camargo Pereira; do Sr. Danilo Pasqualim; do Sr. Anezo dos Santos Ribeiro; da Sra. Antonia Lourdes Prates Katsko; do Sr. Pedro Spak; e da Sra. Dolores Maria Gomes Fernandes; **Requerimento nº 4.422/2015**, do Deputado Nelson Justus, para envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Silvério Secco.

Requerimentos com despacho do Presidente:

À **Diretoria Geral** e ao Cerimonial para providências: **Requerimento nº 4.401/2015**, do Deputado Chico Brasileiro, Presidente da Comissão de Turismo, solicitando a realização de Audiência Pública em 21/9/2015, no período das 9 horas às 12 horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, sobre o tema *Criação de Áreas de Interesse Turístico*; **Requerimento nº 4.421/2015**, do Deputado Chico Brasileiro, Presidente da Comissão de Turismo, solicitando a realização de Audiência Pública em 26/8/2015, no período das 19 horas às 22 horas, na Câmara de Vereadores de Paranaguá, sobre o tema *Desenvolvimento do Turismo no Litoral Paranaense*.

Justificativas de ausência:

Deferidos conforme o art. 60, § 3.º, alínea "a" do Regimento Interno (por motivo de doença mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento nº 4.391/2015**, do Deputado Nereu Moura, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 10/8/2015; **Requerimento nº 4.393/2015**, do Deputado Francisco Bühner, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 3/8/2015.

Deferidos conforme o art. 60, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): **Requerimento nº 4.394/2015**, do Deputado Luiz Carlos Martins, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 4/8/2015; **Requerimento nº 4.412/2015**, do Deputado Nelson Justus, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 5/8/2015.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 12 de agosto, às 13h30, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 173/2015, 287/2015, 414/2015 e 510/2015; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 64/2015, 286/2015 e 541/2015; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 311/2015 e 396/2015.

"LEVANTA-SE A SESSÃO". (Sessão encerrada às 17h17, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução nº 1 de 1.º/3/2005, Regimento Interno.)

68511/2015

Processo Legislativo

Comissões Especiais

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 09:30, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Oitava Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniu-se a Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rush, Guto Silva, Hussein Bakri e Nereu Moura com o objetivo de: a) aprovação da ata da sétima reunião ordinária desta Comissão, com convalidação da publicação efetuada no Diário Oficial da Assembleia n. 105 do dia 14 de julho de 2015; b) realização da oitava dos Senhores Jorge Luis Moran, Cartorário do Registro de Imóveis de Pontal do Paraná e Edgar Rossi, Prefeito de Pontal do Paraná. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Sétima Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Hussein Bakri requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Sr. Edgar Rossi. Em seguida, o depoente assinou o termo de compromisso, comprometendo-se

a dizer a verdade do que souber ou sobre o que lhe for perguntado, sob a advertência de incorrer na sanção penal de quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade, podendo ser processado e preso pelo crime de falso testemunho, conforme art. 342 do Código Penal e art. 4º da Lei Federal 1.579 de 1952. O Presidente informou ainda que a colaboração para a elucidação dos fatos certamente teria efeito nas conclusões da CPI. A palavra é passada ao Sr. Relator que deu início as perguntas. O Sr. Edgar Rossi, informou, em resumo, não ter conhecimento do objeto da CPI; que impetrou o mandado de segurança em face da Assembleia Legislativa em prol da comunidade de Pontal, preocupado com a nulidade da matrícula do imóvel que ocupa metade da cidade; em relação ao Plano Diretor, afirmou estar em fase final de tramitação legislativa esperando parecer do COLIT - Decreto do Governador; afirmou ter recebido descontos do IPTU; e, por fim, esclareceu não ter amizade íntima com o Sr. João Carlos Ribeiro, e não ter conhecimento do contrato entre o Município e a Empresa Balneária Pontal do Sul Ltda. Inquiriram o depoente os Deputados Fernando Scanavaca, Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Elio Rush, Guto Silva, Hussein Bakri e Nereu Moura. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Senhor Jorge Luis Moran, que assim o fez e assinou o termo de compromisso perante a Comissão. O Relator Tião Medeiros tomou a palavra para iniciar as perguntas, seguida pelos demais membros presentes. O Sr. Jorge Moran informou que até 1998 os registros referentes a Pontal do Paraná eram efetuados no Cartório de Paranaguá e depois passaram a ser realizados no Cartório de Matinhos até 2012, quando iniciaram os registros no Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná; afirmou não ter conhecimento a respeito da decisão da Justiça Estadual que vedou a expedição de qualquer nova matrícula a partir da transcrição n. 6624 e n. 6595; trouxe a informação de que as averbações continuam sendo feitas no cartório de origem, ou seja, Paranaguá, e somente passam a ser feitos no cartório de Pontal quando é feito um registro, uma compra e venda, uma doação. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia 11 de agosto de 2015, às 09:00 na Sala de Reunião das Comissões. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim Luísa Wendpap, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado BERNARDO CARLI

Titular

Deputado ELIO RUSH

Titular

Deputado HUSSEIN BAKRI

Titular

Deputado TIÃO MEDEIROS

Relator

Deputado DR. BATISTA

Titular

Deputado GUTO SILVA

Titular

Deputado NEREU MOURA

Titular

LUÍSA WENDPAP

Secretária da Comissão

68513/2015



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 09:30, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Nona Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniu-se a Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Guto Silva, Hussein Bakari, Nereu Moura e Rasca Rodrigues, com o objetivo de: a) aprovação da ata da oitava reunião ordinária desta Comissão; b) realização da oitava dos Senhores Paulo Eduardo Manfredini, Cartorário do Registro de Imóveis de Paranaguá, Edison de Oliveira Kersten, Prefeito de Paranaguá e Marcelo Gelbcke, Advogado. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Oitava Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Sr. Vinicius Klein, Procurador Geral do Estado, que passou a acompanhar o trabalho da Comissão. Em seguida, o Sr. Presidente convidou o Sr. Edison de Oliveira Kersten, o qual não estava presente. O Sr. Relator tomou a palavra para ler a justificativa de ausência do Sr. Kersten, que alegou não ter tido tempo hábil para reagendar compromissos já anteriormente assumidos. Após deliberação, ficou aprovado de forma unânime uma nova intimação para que o Sr. Kersten se faça presente na próxima reunião. Em seguida, o Sr. Presidente convocou o Sr. Paulo Eduardo Manfredini a tomar assento à mesa, que assim o fez e, em seguida, assinou o termo de compromisso, comprometendo-se a dizer a verdade do que souber ou sobre o que lhe for perguntado, sob a advertência de incorrer na sanção penal de quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade, podendo ser processado e preso pelo crime de falso testemunho, conforme art. 342 do Código Penal e art. 4º da Lei Federal 1.579 de 1952. O Presidente informou ainda que a colaboração para a elucidação dos fatos certamente teria efeito nas conclusões da CPI. A palavra é passada ao Sr. Relator que dá início as perguntas. O Sr. Manfredini informou ser Oficial do Cartório do Registro de Imóveis de Paranaguá desde 1989 e afirmou conhecer sobre a Transcrição nº 6.624. Trouxe para a Comissão que para haver o registro de uma nova matrícula é exigido o georeferenciamento da área e a colheita de assinatura dos confrontantes. Afirmou

R

lw



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

ter sido intimado da decisão judicial de 22 de maio de 2014 e ainda informou estar registrada a indisponibilidade dos bens no CRI de Paranaguá. O Sr. Manfredini não se lembra sobre alguém ter entrado com alguma expedição ou averbação de documentos posterior a esta decisão, alegou que somente as averbações da Transcrição nº 6.624 continuam sendo feitas em seu cartório. Na opinião pessoal do Oficial, ele declarou entender que não houve ilegalidades no procedimento de transferência de terras que é objeto desta CPI. Afirmou conhecer da averbação que aconteceu em 2015 passando a empresa de Ltda para S/A e ao seu ver isso não descumpriu a ordem judicial. Inquiriram o depoente os Deputados Nereu Moura, Rasca Rodrigues, Hussein Bakri e Fernando Scanavaca. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Dr. Marcelo Gelbcke, que assim o fez e assinou o termo de compromisso perante a Comissão. O Relator Tião Medeiros tomou a palavra para iniciar as perguntas. O Sr. Gelbcke informou sobre a ação que ajuizou, a qual envolve áreas na beira do Rio Maciel que estão na família dessas pessoas há mais de duas gerações. Alegou achar estranho o fato da transcrição ter sido repassada à Empresa Balneária no dia seguinte ao da transcrição que passou as terras à Prefeitura de Paranaguá, algo que descumpriu a Lei Orgânica do Município, entre outras leis, o que leva a uma nulidade de todos os documentos. Afirmou que essa nulidade não prescreve e não convalida com o tempo, por se tratar de coisa pública. O Sr. Gelbcke traz detalhadamente informações sobre sua ação. Ainda, afirmou ser dono de várias terras em Pontal do Paraná, cujo interesse se deu por perceber uma situação comercial extremamente atraente naquela região. Alegou ter sido tentado um acordo por parte da Empresa em relação as áreas da ação, porém eles queriam um acordo monetário e o Sr. Marcelo queria a titulação da área e exigiu que esse acordo teria que ser feito no processo com ajustamento de conduta e a participação do Estado, porém o acordo não foi aceito. Afirmou ter ocorrido várias relocações de famílias locais para implantação do porto privado. Inquiriram o depoente os Deputados Hussein Bakri, Nereu Moura, Rasca Rodrigues e Fernando Scanavaca. Encerrada a oitava da nona reunião, dando continuidade aos trabalhos, ficou votado de forma unânime que os próximos a serem convocados serão o Sr. Edison de Oliveira Kirsten, Prefeito de Paranaguá e Sr. Alceste Ribas de Macedo Filho, Oficial do CRI de Matinhos/PR. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por

Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gabinete 502 – 5º andar – CEP: 80530-911 – Fone: (41)3350-4252
www.tiaomedeiros.com.br

R

lw

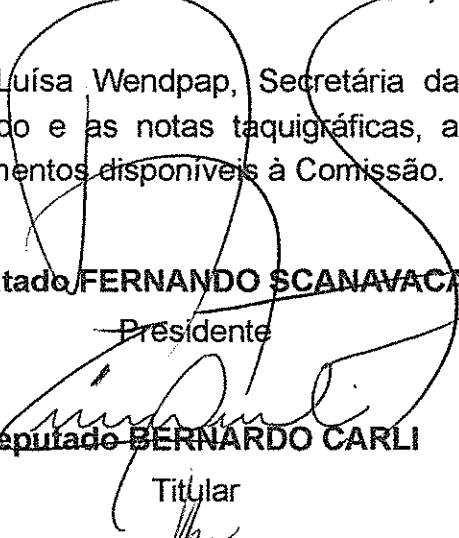


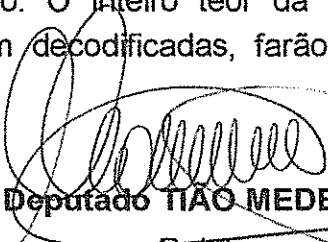
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

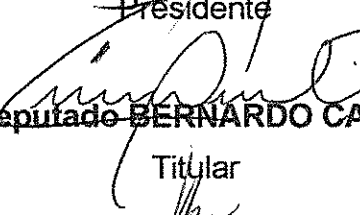


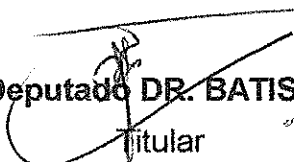
**ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA**

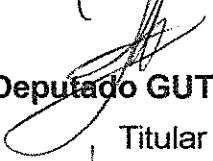
mim Luísa Wendpap, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.


Deputado FERNANDO SCANAVACCA
Presidente


Deputado TIAO MEDEIROS
Relator

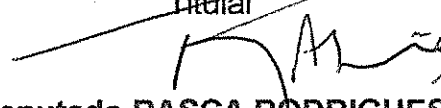

Deputado BERNARDO CARLI
Titular


Deputado DR. BATISTA
Titular


Deputado GUTO SILVA
Titular


Deputado HUSSEIN BAKRI
Titular


Deputado NEREU MOURA
Titular


Deputado RASCA RODRIGUES
Titular


LUISA WENDPAP
Secretária da Comissão

Nota Paraná; **Requerimento n.º 4.672/2015**, da Deputada Maria Victória, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e à Secretária de Estado da Educação, para que providenciem a execução de reparos estruturais no Colégio Estadual Tânia Varella Ferreira, no Município de Maringá; **Requerimento n.º 4.655/2015**, do Deputado Péricles de Mello, solicitando moção de aplausos e congratulações à Casa Latino Americana, Casla, pelo aniversário de 31 anos de alividade, em 24 de agosto; **Requerimento n.º 4.661/2015**, do Deputado Professor Lemos, para o registro de votos de congratulações ao Município de Cândói pela comemoração do 25.º aniversário, em 27 de agosto; **Requerimento n.º 4.668/2015**, do Deputado Anibelli Neto, para envio de votos de congratulações e aplausos ao Município de Ângulo pela comemoração de 25 anos de emancipação política e administrativa, em 3 de setembro; **Requerimento n.º 4.682/2015**, do Deputado Professor Lemos, para o registro e envio de votos de congratulações pelas comemorações alusivas a Semana Estadual da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, realizada anualmente no período de 21 a 28/8/2015; **Requerimentos n.ºs 4.656 e 4.657/2015**, do Deputado Nereu Moura, para envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento: do Sr. Ezídio Moro, ocorrido no dia 20/8/2015, no Município de Laranjeiras do Sul; e do Sr. Agostinho Machado dos Santos, ocorrido no dia 12/8/2015, no Município de Cascavel; **Requerimentos n.ºs 4.662 a 4.664 e 4.670/2015** do Deputado Luiz Carlos Martins, para o registro de votos de pesar às famílias pelo falecimento: do Sr. Elionai Wesley Opiechon, ocorrido no dia 17/8/2015; da Sra. Vanessa Lopes de Almeida, ocorrido no dia 14/8/2015; da Sra. Dymplina Lages Lima, ocorrido no dia 12/8/2015; e do Sr. Acir Ferreira do Motta, ocorrido no dia 12/8/2015; **Requerimentos n.ºs 4.666 e 4.667/2015**, do Deputado Anibelli Neto, para envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento: do Sr. Pery Suplicy de Almeida, ocorrido no dia 16/8/2015, no Município de Curitiba; e do Sr. José Alves Barradas, ocorrido no dia 19/8/2015, em Paraná do Oeste, Distrito do Município de Moreira Sales; **Requerimento n.º 4.669/2015**, do Deputado Elio Rusch, solicitando que sejam externadas as condolências da Assembleia Legislativa à família pelo falecimento do Sr. Cleiton Giovani Kurtz, ocorrido no dia 21/8/2015, no Município de Aporá, Estado de Goiás.

Requerimentos com despacho do Presidente:

À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências: **Requerimento n.º 4.658/2015**, do Deputado Gilson de Souza, solicitando autorização para uso do Espaço Cultural da Assembleia Legislativa no dia 22/9/2015, às 17h30, para o evento de lançamento do livro *Fases da Vida* do autor Pedro Paulo, membro da Academia de Letras de Maringá; **Requerimento n.º 4.679/2015**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 26/8/2015, para exposição sobre a nova poligonal do Porto de Paranaguá; **Requerimento n.º 4.681/2015**, do Deputado Felipe Francischini, solicitando a utilização do Salão Nobre da Assembleia Legislativa no dia 25/8/2015, no período das 9h30 às 11 horas para realização da CPI das Explosões a Caixas Eletrônicas.

À Diretoria Legislativa para anotações: **Requerimento n.º 4.678/2015**, dos Deputados Márcio Pacheco, Adelino Ribeiro, Nereu Moura, Claudia Pereira, Chico Brasileiro, Schiavinato, Andre Bueno, Professor Lemos, Elio Rusch e Paranhos, solicitando a substituição do Coordenador da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento do Oeste do Paraná, que hoje é exercida pelo Deputado Paranhos, passando a coordenação dos trabalhos para o Deputado Schiavinato.

Justificativas de ausência:

Deferidos conforme o art. 60, § 3.º, alínea "b" do Regimento Interno (em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado): **Requerimento n.º 4.675/2015**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19/8/2015; **Requerimento n.º 4.677/2015**, do Deputado Alexandre Curi, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19/8/2015.

Deferidos conforme o art. 60, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): **Requerimento n.º 4.671/2015**, da Deputada Maria Victória, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 10/8/2015; **Requerimento n.º 4.676/2015**, do Deputado Claudio Palozzi, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26/8/2015.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra Sessão Ordinária para terça-feira, dia 25 de agosto, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.º 20/2015 e dos Projetos de Lei n.ºs 138/2015, 187/2015, 478/2015 e 501/2015; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 402/2015; 2.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 19/2015 e dos Projetos de Lei n.ºs 200/2015, 388/2015 e 516/2015; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 505/2015 e 551/2015; e Discussão Única do Veto n.º 3/2015, ao Projeto de Lei n.º 267/2015.

"**LEVANTA-SE A SESSÃO**". (Sessão encerrada às 17h39, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução n.º 1 de 1.º/3/2005, Regimento Interno.)

Processo Legislativo

Comissões Especiais

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 09:30, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Nona Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniu-se a Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Guto Silva, Hussein Bakari, Nereu Moura e Rasca Rodrigues, com o objetivo de: a) aprovação da ata da oitava reunião ordinária desta Comissão; b) realização da oitava dos Senhores Paulo Eduardo Manfredini, Cartório do Registro de Imóveis de Paranaguá, Edison de Oliveira Kersten, Prefeito de Paranaguá e Marcelo Gelbcke, Advogado. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Oitava Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Sr. Vinicius Klein, Procurador Geral do Estado, que passou a acompanhar o trabalho da Comissão. Em seguida, o Sr. Presidente convidou o Sr. Edison de Oliveira Kersten, o qual não estava presente. O Sr. Relator tomou a palavra para ler a justificativa de ausência do Sr. Kersten, que alegou não ter tido tempo hábil para reagendar compromissos já anteriormente assumidos. Após deliberação, ficou aprovado de forma unânime uma nova intimação para que o Sr. Kersten se faça presente na próxima reunião. Em seguida, o Sr. Presidente convocou o Sr. Paulo Eduardo Manfredini a tomar assento à mesa, que assim o fez e, em seguida, assinou o termo de compromisso, comprometendo-se a dizer a verdade do que souber ou sobre o que lhe for perguntado, sob a advertência de incorrer na sanção penal de quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade, podendo ser processado e preso pelo crime de falso testemunho, conforme art. 342 do Código Penal e art. 4º da Lei Federal 1.579 de 1952. O Presidente informou ainda que a colaboração para a elucidação dos fatos certamente teria efeito nas conclusões da CPI. A palavra é passada ao Sr. Relator que dá início as perguntas. O Sr. Manfredini informou ser Oficial do Cartório do Registro de Imóveis de Paranaguá desde 1989 e afirmou conhecer sobre a Transcrição nº 6.624. Trouxe para a Comissão que para haver o registro de uma nova matrícula é exigido o georeferenciamento da área e a colheita de assinatura dos confrontantes. Afirmou ter sido intimado da decisão judicial de 22 de maio de 2014 e ainda informou estar registrada a indisponibilidade dos bens no CRI de Paranaguá. O Sr. Manfredini não se lembra sobre alguém ter entrado com alguma expedição ou averbação de documentos posterior a esta decisão, alegou que somente as averbações da Transcrição nº 6.624 continuam sendo feitas em seu cartório. Na opinião pessoal do Oficial, ele declarou entender que não houve ilegalidades no procedimento de transferência de terras que é objeto desta CPI. Afirmou conhecer da averbação que aconteceu em 2015 passando a empresa de Ltda para S/A e ao seu ver isso não descumpriu a ordem judicial. Inquiriram o depoente os Deputados Nereu Moura, Rasca Rodrigues, Hussein Bakri e Fernando Scanavaca. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Dr. Marcelo Gelbcke, que assim o fez e assinou o termo de compromisso perante a Comissão. O Relator Tião Medeiros tomou a palavra para iniciar as perguntas. O Sr. Gelbcke informou sobre a ação que ajuizou, a qual envolve áreas na beira do Rio Maciel que estão na família dessas pessoas há mais de duas gerações. Alegou achar estranho o fato da transcrição



ter sido repassada à Empresa Balneária no dia seguinte ao da transcrição que passou as terras à Prefeitura de Paranaguá, algo que descumpriu a Lei Orgânica do Município, entre outras leis, o que leva a uma nulidade de todos os documentos. Afirma que essa nulidade não prescreve e não convalida com o tempo, por se tratar de coisa pública. O Sr. Gelbcke traz detalhadamente informações sobre sua ação. Ainda, afirmou ser dono de várias terras em Pontal do Paraná, cujo interesse se deu por perceber uma situação comercial extremamente atraente naquela região. Alegou ter sido tentado um acordo por parte da Empresa em relação as áreas da ação, porém eles queriam um acordo monetário e o Sr. Marcelo queria a titulação da área e exigiu que esse acordo teria que ser feito no processo com ajustamento de conduta e a participação do Estado, porém o acordo não foi aceito. Afirmou ter ocorrido várias relocações de famílias locais para implantação do porto privado. Inquiriram o depoente os Deputados Hussein Bakri, Nereu Moura, Rasca Rodrigues e Fernando Scanavaca. Encerrada a oitiva da nona reunião, dando continuidade aos trabalhos, ficou votado de forma unânime que os próximos a serem convocados serão o Sr. Edison de Oliveira Kirsten, Prefeito de Paranaguá e Sr. Alceste Ribas de Macedo Filho, Oficial do CRI de Matinhos/PR. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim Luísa Wendpap, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA
Presidente

Deputado BERNARDO CARLI
Titular

Deputado GUTO SILVA
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado TIÃO MEDEIROS
Relator

Deputado DR. BATISTA
Titular

Deputado HUSSEIN BAKRI
Titular

Deputado RASCA RODRIGUES
Titular

LUÍSA WENDPAP
Secretária da Comissão

72889/2015

Comissão Executiva

ATO DO PRESIDENTE Nº 28/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, XXXII, do Regimento Interno

DECLARA

constituída a **Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras**, conforme Proposição do Deputado Tadeu Veneri (PT), apresentada na Sessão Plenária do dia 8 de julho de 2015, que tem por objetivo promover audiências públicas e ações em defesa da Petrobras e do Pré-Sal. Segundo termo de adesão juntado ao Processo, a Frente Parlamentar será integrada pelos Deputados Tadeu Veneri (PT), Marcio Pacheco (PPL), Nelson Luersen (PDT), Tercilio Turini (PPS), Gilberto Ribeiro (PSB), Dr. Batista (PMN), Pastor Edson Praczyk (PRB), Claudia Pereira (PSC), Péricles de Mello (PT), Tião Medeiros (PTB), Nereu Moura (PMDB), Professor Lemos (PT), Requião Filho (PMDB), Ademir Bier (PMDB), Alexandre Curi (PMDB), Ademar Traiano (PSDB), Anibelli Neto (PMDB), Evandro Araújo (PSC), Chico Brasileiro (PSD), Rasca Rodrigues (PV), Luiz Claudio Romanelli (PMDB) e Adelino Ribeiro (PSL). Os trabalhos da Frente Parlamentar serão coordenados pelo Deputado Tadeu Veneri (PT) e serão observadas as disposições do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e legislação aplicável.

Curitiba, 25 de agosto de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente

72891/2015

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 5/2015

SÚMULA: Adiciona o parágrafo 3º, ao artigo 146 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 1º. O artigo 146 da Constituição do Estado passa a vigorar acrescido do parágrafo 3º e seus incisos, com a seguinte redação:

“§ 3º. Os processos licitatórios para concessões de serviços à iniciativa privada, objetivando exploração por meio de pedágio das vias do sistema rodoviário do Estado ou sob delegação, bem como as renovações ou prorrogações de prazos contratuais e aditamentos, deverão ser precedidos de plebiscito que consulte o eleitorado paranaense sobre a aceitação da concessão ou não, respeitado os seguintes preceitos:

I - plebiscito precedido de ampla divulgação ao eleitorado, informando os trechos a serem concedidos, os valores a serem praticados, critérios de reajuste, direitos e obrigações das concessionárias, dentre outros elementos fundamentais para perfeita instrução do eleitorado;

II - na hipótese de resultado de plebiscito contrário à concessão, cumpre ao Governo do Estado assumir diretamente a administração e manutenção das respectivas rodovias;

III - na hipótese de resultado de plebiscito contrário a renovação ou prorrogação de prazo contratual de concessão, cumpre ao Governo do Estado assumir a administração do respectivo trecho por meio de pedágio, repassando aos usuários da rodovia, para composição da tarifa, tão somente o custo de administração e manutenção da rodovia, até que o Estado possa assumir diretamente a manutenção por seu orçamento próprio.”

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 2015.

PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

SÚMULA: Adiciona o parágrafo 3º, ao artigo 146 da Constituição do Estado do Paraná.

Pedágio é um direito de passagem pago mediante taxa ao poder público ou a uma concessionária delegada para ressarcir custos de construção e manutenção de uma via de transporte.

No Brasil o pedágio existe desde o século XVIII, pois a Coroa Portuguesa só autorizaria a abertura da Rota dos Tropeiros, se tivesse lucro e sendo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 09:30, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Décima Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Nereu Moura, reuniu-se a Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Hussein Bakari, Nereu Moura e Rasca Rodrigues, com o objetivo de: a) aprovação da ata da nona reunião ordinária desta Comissão; b) realização da oitava dos Senhores, Edison de Oliveira Kersten, Prefeito de Paranaguá e Alceste Ribas de Macedo Filho, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Matinhos; c) deliberação acerca de novos ofícios a serem expedidos. Havendo número regimental, o Senhor Deputado Nereu Moura deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Nova Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Bernardo Ribas Carli requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Deputado Tião Medeiros relatou que o Dr. Alceste Ribas de Macedo Filho, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Matinhos, encaminhou uma justificativa para o não comparecimento perante a Comissão. O Dr. Macedo requereu juntada do atestado médico em que estava determinado o repouso por 7 (sete) dias a partir de 24 de agosto de 2015, por motivos de doença, sendo elas: diabetes mellitus e hepatite crônica. Os deputados presentes concordaram ser justificada a ausência. Dando continuidade, o Deputado Nereu Moura convidou para tomar assento à mesa o Sr. Edison de Oliveira Kersten, Prefeito de Paranaguá, que assim o fez e, em seguida, assinou o termo de compromisso, comprometendo-se a dizer a verdade do que souber ou sobre o que lhe for perguntado, sob a advertência de incorrer na sanção penal de quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade, podendo ser processado e preso pelo crime de falso testemunho, conforme art. 342 do Código Penal e art. 4º da Lei Federal 1.579 de 1952. O Presidente informou ainda que a colaboração para a elucidação dos fatos certamente teria efeito nas conclusões da CPI. A palavra é passada ao Sr. Relator que dá início as perguntas. O Sr. Kersten alegou ter um conhecimento superficial sobre o objeto da Comissão e desta forma trouxe o Procurador Geral, Secretária de Urbanismo e Secretária de Habitação Fundiária para auxiliar nas informações. Desta forma, o Deputado Nereu Moura convidou o Procurador, Sr. Maurício Souza, e a Secretária de Urbanismo, Sra. Aline Carla de



ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Lima Dias Costa , para tomar acento à mesa, que assim o fizeram. O Sr. Relator deu continuidade às perguntas. O Dr. Edison informou saber que o Município de Paranaguá foi contemplado com a cessão das terras e que posteriormente foram concedidas a uma pessoa particular com a incumbência de fazer o desenvolvimento da região toda onde foi contemplada, porém não sabe sobre as condicionantes. Informou que toda a documentação que se encontrava em Paranaguá foi devidamente cedida e transferida para o novo Município de Pontal do Paraná quando ocorreu a emancipação. A Sra. Aline informou que quem se beneficiou dessas terras foi a Empresa Balneária Pontal do Sul Ltda. Por falta de conhecimento, o Prefeito Edison colocou toda a prefeitura à disposição da Comissão, no sentido de colaborar com tudo o que for possível, para esclarecer esse crime contra o Estado do Paraná e contra a cidade de Paranaguá. Se juntou à mesa o Deputado Sr. Fernando Scanavaca e tomou assento de Presidente. Inquiriram o depoente os Deputados Nereu Moura, Dr. Batista e Rasca Rodrigues. Encerrada a oitava da décima reunião, dando continuidade, o Relator Tião Medeiros colocou em votação a expedição de um ofício complementar aos Cartórios de Registro de Imóveis de Paranaguá, Matinhos e Pontal do Paraná, para haver uma solicitação de todas as averbações constantes das transcrições n. 6595 e n.6624, que geraram nova matrícula e também para identificar quais são as áreas dessas novas matrículas para poder complementar a informação que veio bastante rasa daqueles primeiros ofícios expedidos. Ficou aprovado por unanimidade. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim Luísa Wendpap, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado BERNARDO CARLI

Titular

Deputado TIAO MEDEIROS

Relator

Deputado DR. BATISTA

Titular



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA**

Deputado HUSSEIN BAKRI

Titular

Deputado RASCA RODRIGUES

Titular

Deputado NEREU MOURA

Titular

LUÍSA WENDPAP

Secretária da Comissão

discordar dele, mas ponho outro motivo que talvez não incentive a cultura: está faltando amor no coração das pessoas. E voluntariado é amor, é a doação de si mesmo sem olhar a quem; é sair de si e ir para o outro. Esse é o problema do voluntariado, a Rede Feminina tem 400 voluntários e precisamos de muito amor pela categoria de pessoas que atendemos, que temos que amar. E não é diferente nas outras instituições. Então, para mim, o ponto chave é amor, é preciso ter muito amor no coração, e quando você tem amor no coração e você precisa doar esse amor sem esperar nada em troca - o tempo, você arranja. Porque voluntariado não é doar o seu tempo, é doar-se e no momento que quero me doar a alguém, eu construo o tempo, eu administro o meu tempo. Então, acredito que as minhas colegas diriam a mesma coisa se estivessem em meu lugar. Temos que agradecer muito a Deus, porque nos dá saúde, nos dá disposição, nos dá inteligência, nos dá os meios, nos dá o caminho para sermos esse voluntário. Os meios é que temos que saber quais são. Mas se eles são colocados em nosso caminho e eu tenho esse amor para dar, vai ficar mais fácil de ser voluntário. Quero agradecer ao Ney, o nosso amigo particular, está sempre nos ajudando, está sempre presente no hospital e na Rede Feminina. Quero agradecer a todas as representantes das entidades, porque elas carregam uma organização onde tem que ser planejado, onde tem que ser organizado, onde tem que ser concretado, onde tem que ser controlado todo um trabalho do voluntariado. Agradecer a todos que estão aqui. Na verdade, é um incentivo isso tudo que as pessoas fazem para os voluntários, mas só não podemos esquecer que tudo que fazemos é por amor sem esperar nada em troca. Mas tem sempre alguém que se lembra de nós, e o Ney está sempre se lembrando e é por isso que temos que agradecê-lo e muito. Mas, também, o Ney não faria nada se Deus não o iluminasse. Então, Deus está acima de tudo, de todos nós. O voluntariado, não é só ter o amor, mas ele tem uma religiosidade que o move para isso, então é a Deus que temos que agradecer porque ele é que nos escolhe. Felizes que somos nós todos que estamos aqui, de uma maneira ou de outra que são voluntários, dizemos sim a Deus. Que todos nós sejamos abençoados por ele, e que continuemos tendo muita saúde, muita paz, muito amor em nosso coração, para continuarmos esse nosso trabalho de voluntários. Muito obrigada. (Aplausos.) (Apresentação musical. Banda Lyra Curitiba.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Leprevost): Quero, mais uma vez, agradecer por terem tido a paciência de compor a Mesa: Mariza Del Claro, Sra. Waltraud Sekula, Sra. Gladys Haluch, Vera Lins da Costa, Sra. Maureen Classe, Sra. Regina Bruni, Sra. Suely Baldan, Sra. Janice Gastaldon, Sra. Ivanira Haviaras. Agradeço também os amigos e familiares dos homenageados que vieram prestigiar este evento. Agradeço, de modo muito especial, esta extraordinária Banda Lyra Curitiba. (Aplausos.) Para mim, sem dúvida alguma, é uma das melhores bandas do Brasil, e quero ver a Banda Lyra voltar a ser prestigiada aqui no Município. Logo, logo, Maestro. Quero agradecer ao Maestro Leocádio Fernandes, da Banda Lyra e toda a sua equipe. Também agradecer a Fernanda Bruni que está fazendo o trabalho de intérprete de libras. Agradecer a TV Assembleia, os profissionais da imprensa, o Cerimonial da Casa, a equipe do nosso gabinete, todos que compareceram. Para encerrar esta Sessão, convido a todos para que, em pé, ouçam o Hino do Paraná.

"LEVANTA-SE A SESSÃO". (Sessão Solene realizada no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, iniciada às 18h.)

90673/2015



ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 09:30, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Décima Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Nereu Moura, reuniu-se a Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Hussein Bakari, Nereu Moura e Rasca Rodrigues, com o objetivo de: a) aprovação da ata da nona reunião ordinária desta Comissão; b) realização da oitava dos Senhores, Edison de Oliveira Kersten, Prefeito de Paranaguá e Alceste Ribas de Macedo Filho, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Matinhos; c) deliberação acerca de novos ofícios a serem expedidos. Havendo número regimental, o Senhor Deputado Nereu Moura deu início aos trabalhos, saudando os

membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Nova Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Bernardo Ribas Carli requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Deputado Tião Medeiros relatou que o Dr. Alceste Ribas de Macedo Filho, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Matinhos, encaminhou uma justificativa para o não comparecimento perante a Comissão. O Dr. Macedo requereu juntada do atestado médico em que estava determinado o repouso por 7 (sete) dias a partir de 24 de agosto de 2015, por motivos de doença, sendo elas: diabetes mellitus e hepatite crônica. Os deputados presentes concordaram ser justificada a ausência. Dando continuidade, o Deputado Nereu Moura convidou para tomar assento à mesa o Sr. Edison de Oliveira Kersten, Prefeito de Paranaguá, que assim o fez e, em seguida, assinou o termo de compromisso, comprometendo-se a dizer a verdade do que souber ou sobre o que lhe for perguntado, sob a advertência de incorrer na sanção penal de quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade, podendo ser processado e preso pelo crime de falso testemunho, conforme art. 342 do Código Penal e art. 4º da Lei Federal 1.579 de 1952. O Presidente informou ainda que a colaboração para a elucidação dos fatos certamente teria efeito nas conclusões da CPI. A palavra é passada ao Sr. Relator que dá início as perguntas. O Sr. Kersten alegou ter um conhecimento superficial sobre o objeto da Comissão e desta forma trouxe o Procurador Geral, Secretária de Urbanismo e Secretária de Habitação Fundiária para auxiliar nas informações. Desta forma, o Deputado Nereu Moura convidou o Procurador, Sr. Maurício Souza, e a Secretária de Urbanismo, Sra. Aline Carla de Lima Dias Costa, para tomar acento à mesa, que assim o fizeram. O Sr. Relator deu continuidade às perguntas. O Dr. Edison informou saber que o Município de Paranaguá foi contemplado com a cessão das terras e que posteriormente foram concedidas a uma pessoa particular com a incumbência de fazer o desenvolvimento da região toda onde foi contemplada, porém não sabe sobre as condicionantes. Informou que toda a documentação que se encontrava em Paranaguá foi devidamente cedida e transferida para o novo Município de Pontal do Paraná quando ocorreu a emancipação. A Sra. Aline informou que quem se beneficiou dessas terras foi a Empresa Balneária Pontal do Sul Ltda. Por falta de conhecimento, o Prefeito Edison colocou toda a prefeitura à disposição da Comissão, no sentido de colaborar com tudo o que for possível, para esclarecer esse crime contra o Estado do Paraná e contra a cidade de Paranaguá. Se juntou à mesa o Deputado Sr. Fernando Scanavaca e tomou assento de Presidente. Inquiriram o depoente os Deputados Nereu Moura, Dr. Batista e Rasca Rodrigues. Encerrada a oitava da décima reunião, dando continuidade, o Relator Tião Medeiros colocou em votação a expedição de um ofício complementar aos Cartórios de Registro de Imóveis de Paranaguá, Matinhos e Pontal do Paraná, para haver uma solicitação de todas as averbações constantes das transcrições n.6595 e n.6624, que geraram nova matrícula e também para identificar quais são as áreas dessas novas matrículas para poder complementar a informação que veio bastante rasa daqueles primeiros ofícios expedidos. Ficou aprovado por unanimidade. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim Luísa Wendpap, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA
Presidente
Deputado BERNARDO CARLI
Titular
Deputado TIÃO MEDEIROS
Relator
Deputado DR. BATISTA
Titular
Deputado HUSSEIN BAKRI
Titular
Deputado RASCA RODRIGUES
Titular
LUÍSA WENDPAP
Secretária da Comissão

90675/2015



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO
PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA
LEGISLATURA**

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 18 horas, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Décima Primeira Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros da Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Elio Rush, Guto Silva, Rasca Rodrigues e Nereu Moura, bem como os Deputados Srs. Felipe Francischini, Alexandre Curi, Ney Leprevost e Mauro Moraes, o ex-Deputado Sr. Stephanes Junior e o procurador do Estado Sr. Vinícius Klein, com o objetivo de: a) aprovação da ata da décima reunião ordinária desta Comissão; b) realização da oitava do Senhor João Carlos Ribeiro, sócio da Empresa Balneária Pontal do Sul. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Décima Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Hussein Bakari requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Sr. João Carlos Ribeiro. Em seguida, o depoente assinou o termo de compromisso, comprometendo-se a dizer a verdade do que souber ou sobre o que lhe for perguntado, sob a advertência de incorrer na sanção penal de quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade, podendo ser processado e preso pelo crime de falso testemunho, conforme art. 342 do Código Penal e art. 4º da Lei Federal 1.579 de 1952. O Presidente informou ainda que a colaboração para a elucidação dos fatos certamente teria efeito nas

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



conclusões da CPI. A palavra é passada ao Sr. Relator que dá início às perguntas. O Sr. João Carlos Ribeiro, em resumo, procedeu à leitura de um breve histórico sobre os acontecimentos. Inquiriram o depoente os Deputados Fernando Scanavaca, Bernardo Ribas Carli, Elio Rush, Guto Silva e Nereu Moura. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim Sabrina Felipe Arcoverde, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado TIAO MEDEIROS

Relator

Sabrina Felipe Arcoverde

SABRINA FELIPE ARCOVERDE

Secretária da Comissão

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura

Ata 6ª Reunião Ordinária

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, sob a presidência do Deputado Doutor Batista. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 520/2015, de autoria da Deputada Maria Victoria, cria o "Selo Estadual Paraná Sem Dengue". Relator Deputado Tercílio Turini: Parecer favorável-aprovado; Projeto de Lei nº 542/2015, de autoria do Deputado Paulo Litro, notificação, pela rede de saúde, aos órgãos de segurança pública, do atendimento de pessoa ferida. Relator Deputado Tercílio Turini: Parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão.

DR. BATISTA

PRESIDENTE

Richard Rüppel Sotto Maior

Secretário

92265/2015

Comissões Especiais**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA**

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 18 horas, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Décima Primeira Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros da Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Elio Rush, Guto Silva, Rasca Rodrigues e Nereu Moura, bem como os Deputados Srs. Felipe Francischini, Alexandre Curi, Ney Leprevost e Mauro Moraes, o ex-Deputado Sr. Stephanes Junior e o procurador do Estado Sr. Vinicius Klein, com o objetivo de: a) aprovação da ata da décima reunião ordinária desta Comissão; b) realização da oitiva do Senhor João Carlos Ribeiro, sócio da Empresa Baineária Pontal do Sul. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Décima Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Hussein Bakri requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Sr. João Carlos Ribeiro. Em seguida, o depoente assinou o termo de compromisso, comprometendo-se a dizer a verdade do que souber ou sobre o que lhe for perguntado, sob a advertência de incorrer na sanção penal de quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade, podendo ser processado e preso pelo crime de falso testemunho, conforme art. 342 do Código Penal e art. 4º da Lei Federal 1.579 de 1952. O Presidente informou ainda que a colaboração para a elucidação dos fatos certamente teria efeito nas conclusões da CPI. A palavra é passada ao Sr. Relator que dá início às perguntas. O Sr. João Carlos Ribeiro, em resumo, procedeu à leitura de um breve histórico sobre os acontecimentos. Inquiriram o depoente os Deputados Fernando Scanavaca, Bernardo Ribas Carli, Elio Rush, Guto Silva e Nereu Moura. Antes de encerrar, agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim Ana Paula Constantino, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado TIÃO MEDEIROS

Relator

ANA PAULA CONSTANTINO

Secretária da Comissão

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às 11 horas, na Sala do Auditório, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Décima Segunda Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros da Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Elio Rush, Rasca Rodrigues, Hussein

Bakri e Dr. Batista, como o com o objetivo de aprovar o relatório final. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Décima Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Bernardo Ribas Carli requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou o Relator para que procedesse a leitura do relatório final. Em seguida, o Deputado Rasca pediu vista do documento entregue a todos os membros da Comissão, tendo sido concedido pelo Presidente. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim, Sabrina Felipe Arcoverde, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado TIÃO MEDEIROS

Relator

SABRINA FELIPE ARCOVERDE

Secretária da Comissão

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às 13:30hs, na Sala do Auditório, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Décima Terceira Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros da Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Elio Rush, Rasca Rodrigues e Guto Silva, com o com o objetivo de aprovar o relatório final. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Décima Segunda Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Bernardo Ribas Carli requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou o Relator para que procedesse a leitura do relatório final. Realizada a leitura, o Deputado Rasca Rodrigues pediu a palavra e manifestou-se dizendo, em síntese, que em sua concepção permanecia o mesmo posicionamento que levava a instauração da CPI, ou seja, continuava acreditando não terem sido cumpridos os requisitos formais do contrato pelo investigado e que além disso, haviam dúvidas sobre a área total, objeto do negócio jurídico. Em seguida, o relator da CPI, o Deputado Tião Medeiros, esclareceu, dentre outras questões, que quanto a área, o contrato fazia menção sobre a espécie de obrigação *ad corpus* e não *ad mensuram*. Tomando a palavra o Sr. Presidente, colocou em discussão e votação o relatório final, que fora aprovado por todos os presentes, com voto contrário apenas do Deputado Rasca. Antes de encerrar, agradeceu a presença de todos, considerando eficaz os trabalhos realizados pela Comissão. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim, Sabrina Felipe Arcoverde, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado TIÃO MEDEIROS

Relator

SABRINA FELIPE ARCOVERDE

Secretária da Comissão

92266/2015

Editais e Contratos**AVISO DE EDITAL**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, através de sua Diretoria de Apoio Técnico, torna público a realização do seguinte procedimento licitatório:

Pregão, na Forma Presencial nº 054/2015

Data da abertura: 09/11/2015

Horário: 10h00min

Objeto: Contratação de empresa especializada em reformas de estofados para a Assembleia Legislativa.

Valor máximo: R\$ 21.937,68 (vinte e um mil novecentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos). Mais informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidos junto a Diretoria de Apoio Técnico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Praça Nossa Senhora da Saleté, s/n – Centro Cívico, no horário das 09:00h às 12:00h e das 13:00h às 18:00h, ou pelo fone (041) 3350-4255 ou ainda pelo Site: www.alep.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais

Dotação: 001.001.4000.3390.3920

Diretoria de Apoio Técnico

Curitiba, 21 de outubro de 2015.

92272/2015



**ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO
PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA
LEGISLATURA**

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às 11 horas, na Sala do Auditório, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Décima Segunda Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros da Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Elio Rush, Rasca Rodrigues, Hussen Bakri e Dr. Batista, como o com o objetivo de aprovar o relatório final. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Décima Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Bernardo Ribas Carli requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou o Relator para que procedesse a leitura do relatório final. Em seguida, o Deputado Rasca pediu vista do documento entregue a todos os membros da Comissão, tendo sido concedido pelo Presidente. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim, Sabrina Felipe Arcoverde, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado TÍAO MEDEIROS

Relator

Sabrina Felipe Arcoverde

SABRINA FELIPE ARCOVERDE

Secretária da Comissão

Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gabinete 502 – 5º andar – CEP: 80530-911 – Fone: (41)3350-4252
www.tiaomedeiros.com.br

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura

Ata 6ª Reunião Ordinária

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, sob a presidência do Deputado Doutor Batista. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 520/2015, de autoria da Deputada Maria Victoria, cria o "Selo Estadual Paraná Sem Dengue". Relator Deputado Tercílio Turini: Parecer favorável-aprovado; Projeto de Lei nº 542/2015, de autoria do Deputado Paulo Litro, notificação, pela rede de saúde, aos órgãos de segurança pública, do atendimento de pessoa ferida. Relator Deputado Tercílio Turini: Parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão.

DR. BATISTA

PRESIDENTE

Richard Rüppel Sotto Maior

Secretário

92265/2015

Comissões Especiais

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 18 horas, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Décima Primeira Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros da Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Elio Rush, Guto Silva, Rasca Rodrigues e Nereu Moura, bem como os Deputados Srs. Felipe Francischini, Alexandre Curi, Ney Leprevost e Mauro Moraes, o ex-Deputado Sr. Stephanes Junior e o procurador do Estado Sr. Vinicius Klein, com o objetivo de: a) aprovação da ata da décima reunião ordinária desta Comissão; b) realização da oitiva do Senhor João Carlos Ribeiro, sócio da Empresa Balneária Pontal do Sul. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Décima Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Hussein Bakri requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Sr. João Carlos Ribeiro. Em seguida, o depoente assinou o termo de compromisso, comprometendo-se a dizer a verdade do que souber ou sobre o que lhe for perguntado, sob a advertência de incorrer na sanção penal de quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade, podendo ser processado e preso pelo crime de falso testemunho, conforme art. 342 do Código Penal e art. 4º da Lei Federal 1.579 de 1952. O Presidente informou ainda que a colaboração para a elucidação dos fatos certamente teria efeito nas conclusões da CPI. A palavra é passada ao Sr. Relator que dá início às perguntas. O Sr. João Carlos Ribeiro, em resumo, procedeu à leitura de um breve histórico sobre os acontecimentos. Inquiriram o depoente os Deputados Fernando Scanavaca, Bernardo Ribas Carli, Elio Rush, Guto Silva e Nereu Moura. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim Ana Paula Constantino, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado TIÃO MEDEIROS

Relator

ANA PAULA CONSTANTINO

Secretária da Comissão

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às 11 horas, na Sala do Auditório, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Décima Segunda Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros da Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Elio Rush, Rasca Rodrigues, Hussen

Bakri e Dr. Batista, como o com o objetivo de aprovar o relatório final. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Décima Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Bernardo Ribas Carli requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou o Relator para que procedesse a leitura do relatório final. Em seguida, o Deputado Rasca pediu vista do documento entregue a todos os membros da Comissão, tendo sido concedido pelo Presidente. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim, Sabrina Felipe Arcoverde, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado TIÃO MEDEIROS

Relator

SABRINA FELIPE ARCOVERDE

Secretária da Comissão

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às 13:30hs, na Sala do Auditório, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Décima Terceira Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros da Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Elio Rush, Rasca Rodrigues e Guto Silva, com o com o objetivo de aprovar o relatório final. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Décima Segunda Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Bernardo Ribas Carli requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou o Relator para que procedesse a leitura do relatório final. Realizada a leitura, o Deputado Rasca Rodrigues pediu a palavra e manifestou-se dizendo, em síntese, que em sua concepção permanecia o mesmo posicionamento que levava a instauração da CPI, ou seja, continuava acreditando não terem sido cumpridos os requisitos formais do contrato pelo investigado e que além disso, haviam dúvidas sobre a área total, objeto do negócio jurídico. Em seguida, o relator da CPI, o Deputado Tião Medeiros, esclareceu, dentre outras questões, que quanto a área, o contrato fazia menção sobre a espécie de obrigação *ad corpus* e não *ad mensuram*. Tomando a palavra o Sr. Presidente, colocou em discussão e votação o relatório final, que fora aprovado por todos os presentes, com voto contrário apenas do Deputado Rasca. Antes de encerrar, agradeceu a presença de todos, considerando eficaz os trabalhos realizados pela Comissão. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim, Sabrina Felipe Arcoverde, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado TIÃO MEDEIROS

Relator

SABRINA FELIPE ARCOVERDE

Secretária da Comissão

92266/2015

Editais e Contratos

AVISO DE EDITAL

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, através de sua Diretoria de Apoio Técnico, torna público a realização do seguinte procedimento licitatório:

Pregão, na Forma Presencial nº 054/2015

Data da abertura: 09/11/2015

Horário: 10h00min

Objeto: Contratação de empresa especializada em reformas de estofados para a Assembleia Legislativa.

Valor máximo: R\$ 21.937,68 (vinte e um mil novecentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos). Mais informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidos junto a Diretoria de Apoio Técnico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Praça Nossa Senhora da Salette, s/n – Centro Cívico, no horário das 09:00h às 12:00h e das 13:00h às 18:00h, ou pelo fone (041) 3350-4255 ou ainda pelo Site: www.alep.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais

Dotação: 001.001.4000.3390.3920

Diretoria de Apoio Técnico

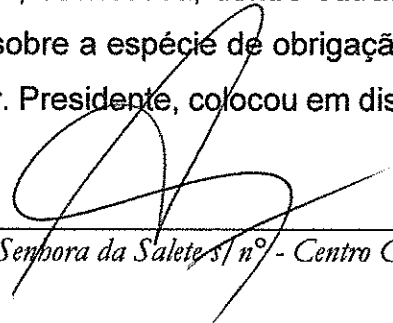
Curitiba, 21 de outubro de 2015.

92272/2015



**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO
PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA
LEGISLATURA**

Aos dezanove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às 13:30hs, na Sala do Auditório, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Décima Terceira Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros da Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Elio Rush, Rasca Rodrigues e Guto Silva, com o objetivo de aprovar o relatório final. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Décima Segunda Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Bernardo Ribas Carli requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou o Relator para que procedesse a leitura do relatório final. Realizada a leitura, o Deputado Rasca Rodrigues pediu a palavra e manifestou-se dizendo, em síntese, que em sua concepção permanecia o mesmo posicionamento que levava a instauração da CPI, ou seja, continuava acreditando não terem sido cumpridos os requisitos formais do contrato pelo investigado e que além disso, haviam dúvidas sobre a área total, objeto do negócio jurídico. Em seguida, o relator da CPI, o Deputado Tião Medeiros, esclareceu, dentre outras questões, que quanto a área, o contrato fazia menção sobre a espécie de obrigação *ad corpus* e não *ad mensuram*. Tomando a palavra o Sr. Presidente, colocou em discussão e votação o relatório final,

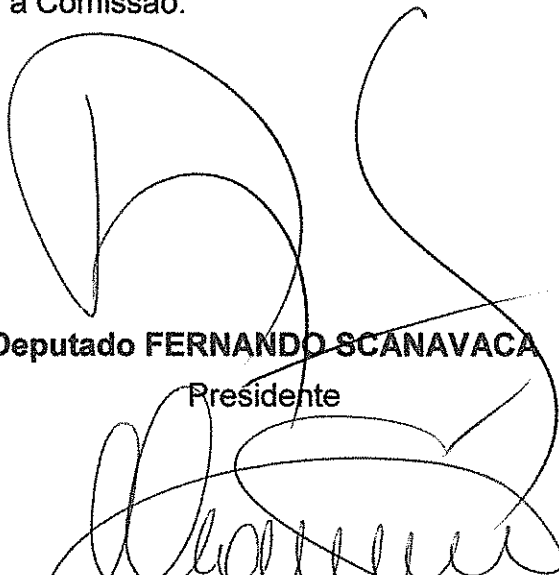

Praça Nossa Senhora da Salette nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



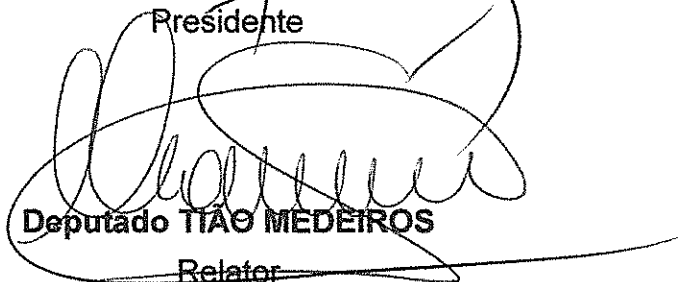
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



que fora aprovado por todos os presentes, com voto contrario apenas do Deputado Rasca. Antes de encerrar, agradeceu a presença de todos, considerando eficaz os trabalhos realizados pela Comissão. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim, Sabrina Felipe Arcoverde, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.


Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente


Deputado TIAO MEDEIROS

Relator


SABRINA FELIPE ARCOVERDE

Secretária da Comissão



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura

Ata 6ª Reunião Ordinária

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, sob a presidência do Deputado Doutor Batista. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 520/2015, de autoria da Deputada Maria Victoria, cria o "Seio Estadual Paraná Sem Dengue". Relator Deputado Tercílio Turini: Parecer favorável-aprovado; Projeto de Lei nº 542/2015, de autoria do Deputado Paulo Litro, notificação, pela rede de saúde, aos órgãos de segurança pública, do atendimento de pessoa ferida. Relator Deputado Tercílio Turini: Parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão.

DR. BATISTA

PRESIDENTE

Richard Rüppel Sotto Maior

Secretário

92265/2015

Comissões Especiais**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA**

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 18 horas, na Sala de Reunião das Comissões, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Décima Primeira Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros da Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Elio Rush, Guto Silva, Rasca Rodrigues e Nereu Moura, bem como os Deputados Srs. Felipe Francischini, Alexandre Curi, Ney Leprevost e Mauro Moraes, o ex-Deputado Sr. Stephanes Junior e o procurador do Estado Sr. Vinicius Klein, com o objetivo de: a) aprovação da ata da décima reunião ordinária desta Comissão; b) realização da oitiva do Senhor João Carlos Ribeiro, sócio da Empresa Baineária Pontal do Sul. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Décima Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Hussein Bakri requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa o Sr. João Carlos Ribeiro. Em seguida, o depoente assinou o termo de compromisso, comprometendo-se a dizer a verdade do que souber ou sobre o que lhe for perguntado, sob a advertência de incorrer na sanção penal de quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade, podendo ser processado e preso pelo crime de falso testemunho, conforme art. 342 do Código Penal e art. 4º da Lei Federal 1.579 de 1952. O Presidente informou ainda que a colaboração para a elucidação dos fatos certamente teria efeito nas conclusões da CPI. A palavra é passada ao Sr. Relator que dá início às perguntas. O Sr. João Carlos Ribeiro, em resumo, procedeu à leitura de um breve histórico sobre os acontecimentos. Inquiriram o depoente os Deputados Fernando Scanavaca, Bernardo Ribas Carli, Elio Rush, Guto Silva e Nereu Moura. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim Ana Paula Constantino, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado TIÃO MEDEIROS

Relator

ANA PAULA CONSTANTINO

Secretária da Comissão

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às 11 horas, na Sala do Auditório, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Décima Segunda Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros da Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Elio Rush, Rasca Rodrigues, Hussien

Bakri e Dr. Batista, como o com o objetivo de aprovar o relatório final. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Décima Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Bernardo Ribas Carli requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou o Relator para que procedesse a leitura do relatório final. Em seguida, o Deputado Rasca pediu vista do documento entregue a todos os membros da Comissão, tendo sido concedido pelo Presidente. Antes de encerrar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim, Sabrina Felipe Arcoverde, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado TIÃO MEDEIROS

Relator

SABRINA FELIPE ARCOVERDE

Secretária da Comissão

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DE PONTAL DO PARANÁ DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às 13:30hs, na Sala do Auditório, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Décima Terceira Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Sob a Presidência do Senhor Deputado Fernando Scanavaca, reuniram-se os membros da Comissão formada pelos Srs. Deputados Tião Medeiros (Relator), Bernardo Ribas Carli, Elio Rush, Rasca Rodrigues e Guto Silva, com o com o objetivo de aprovar o relatório final. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, saudando os membros da Comissão e em seguida, passou a palavra ao Sr. Relator, para que este, na primeira ordem do dia, procedesse a leitura da Ata da Décima Segunda Reunião Ordinária. O Sr. Deputado Bernardo Ribas Carli requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na segunda ordem do dia, o Sr. Presidente convidou o Relator para que procedesse a leitura do relatório final. Realizada a leitura, o Deputado Rasca Rodrigues pediu a palavra e manifestou-se dizendo, em síntese, que em sua concepção permanecia o mesmo posicionamento que levava a instauração da CPI, ou seja, continuava acreditando não terem sido cumpridos os requisitos formais do contrato pelo investigado e que além disso, haviam dúvidas sobre a área total, objeto do negócio jurídico. Em seguida, o relator da CPI, o Deputado Tião Medeiros, esclareceu, dentre outras questões, que quanto a área, o contrato fazia menção sobre a espécie de obrigação *ad corpus* e não *ad mensuram*. Tomando a palavra o Sr. Presidente, colocou em discussão e votação o relatório final, que fora aprovado por todos os presentes, com voto contrário apenas do Deputado Rasca. Antes de encerrar, agradeceu a presença de todos, considerando eficaz os trabalhos realizados pela Comissão. Lavrada a presente ata, lida e por todos aprovada, segue assinada pelos Senhores membros desta Comissão e por mim, Sabrina Felipe Arcoverde, Secretária da Comissão. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte dos documentos disponíveis à Comissão.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Presidente

Deputado TIÃO MEDEIROS

Relator

SABRINA FELIPE ARCOVERDE

Secretária da Comissão

92266/2015

Editais e Contratos**AVISO DE EDITAL**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, através de sua Diretoria de Apoio Técnico, torna público a realização do seguinte procedimento licitatório:

Pregão, na Forma Presencial nº 054/2015

Data da abertura: 09/11/2015

Horário: 10h00min

Objeto: Contratação de empresa especializada em reformas de estofados para a Assembleia Legislativa.

Valor máximo: R\$ 21.937,68 (vinte e um mil novecentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos). Mais informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidos junto a Diretoria de Apoio Técnico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Praça Nossa Senhora da Salete, s/n – Centro Cívico, no horário das 09:00h às 12:00h e das 13:00h às 18:00h, ou pelo fone (041) 3350-4255 ou ainda pelo Site: www.alep.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais

Dotação: 001.001.4000.3390.3920

Diretoria de Apoio Técnico

Curitiba, 21 de outubro de 2015.

92272/2015



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

De: Diretoria Legislativa

Para: Secretaria Geral da Presidência

Assunto: Encaminhamento das recomendações da CPI da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná.

Através do presente, encaminhamos a Vossa Senhoria cópia do Relatório Final da CPI da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, aprovado pela Resolução nº 22/15, publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 972, de 28/10/15, para que seja encaminhado para:

- Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;
- Procuradoria Geral do Estado do Paraná;
- Ministério Público do Estado do Paraná;
- Ministério Público Federal;
- Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- Instituto Imobiliário do Brasil – IRIB.

Curitiba, 29 de outubro de 2015.


Dylliard Alessi
Diretor Legislativo